



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, aprovada na sessão ordinária de 29 de abril de 2022, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 2 de maio de 2022.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



ATA N.º 4 – No dia 25 de fevereiro de 2022, reuniu, às 20 horas e 45 minutos, por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, e secretariada pelas Sras. Cristina Manuela Cardoso Tenreiro e Eva Lúcia Fernandes da Costa, respetivamente 1.ª e 2.ª Secretárias da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Atas:**
 - Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 6 de dezembro de 2021, ---
 - Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2021; -----
- 2 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**-----
- 3 – **Alteração Orçamental Modificativa;** -----
- 4 – **Reorganização dos Serviços Municipais de Santa Maria da Feira - Regulamento Orgânico;**-----
- 5 – **Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;**-----
- 6 – **Proposta de constituição de Júri para concurso de cargo de dirigente;**-----
- 7 – **Proposta de constituição de Júri para concursos de dirigentes intermédios;**-----
- 8 – **Designação de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;**-----
- 9 – **Designação de Fiscal Único da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M., S.A.;**-----
- 10 – **Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social;**-----
- 11 – **Protocolo “Município de Santa Maria da Feira e Freguesia de Romariz”;**-----
- 12 – **Protocolo de colaboração entre o Município e várias freguesias**



- do Concelho para a requalificação de Espaços de Jogo e Recreio (Parques Infantis);**-----
- 13 – Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade;**-----
- 14 – Regulamento Municipal de Atividades de Animação de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho**-----
- Versão corrigida (para conhecimento);**-----
- 15 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira**-----
- Revisão do tarifário para o ano de 2022 (para conhecimento);**---
- 16 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012 (para conhecimento);** --
- 17 – PRR - Plano de Recuperação e Resiliência no território de Santa Maria da Feira (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).**-

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, dando uma especial saudação às intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, Ana Catarina Oliveira e Vânia Fernandes, que iriam fazer a interpretação desta sessão em Língua Gestual Portuguesa.-----

De seguida, informou da entrada na Mesa de 1 pedido de delegação de representação para a presente sessão do Presidente da seguinte Junta de



Freguesia:-----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Ana Patrícia Bastos da Cunha (PSD) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

• Ana Patrícia Cunha: substituída pelo António Perestrelo de Lima, -----

• Carlos Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal. -----

Sendo assim, encontravam-se a participar na videoconferência, no início da sessão, 53 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Susana Daniela Ferreira da Silva; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas –



André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Manuel Oliveira de Almeida; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): João Paulo Oliveira Vidal;-----

Independente: Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Faltou à sessão, sem ser substituído: Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD).

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do



artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais.-----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 28 de dezembro de 2021 e a presente sessão:-----

- “E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao Regimento da Assembleia Municipal;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Carlos Martins, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter propostas de alteração da Iniciativa Liberal ao Regimento da Assembleia Municipal;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento subordinado ao assunto “Propaganda em Campanha Eleitoral” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informações no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva sobre o assunto “Propaganda em Campanha Eleitoral” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de dezembro de 2021;
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a



-
- convocá-los para reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 22 de fevereiro de 2022;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convoca-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 25 de fevereiro de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 25 de fevereiro de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na reunião da Comissão Permanente de 22 de fevereiro assim como na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, por motivos familiares, pelo que solicita a sua substituição nas referidas reuniões, informando ainda que se faria substituir pelo cidadão seguinte do PCP da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal;-----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3, 17 e 31 de janeiro de 2022;-----
 - E-mail da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar, no seguimento do requerimento apresentado pela deputada municipal Susana Correia sobre a receita total cobrada de derrama e entregue ao Município, que ainda não foi rececionada resposta ao ofício dirigido à Autoridade Tributária e Aduaneira pelo Município, registado com o n.º 16645, de 14/12/2021, sobre esta matéria – e-mail que, por instrução do Presidente da Assembleia
-



- Municipal, foi reencaminhado à deputada municipal em referência;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento relacionado com a metodologia escolhida para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022;---
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ana Patrícia Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Carlos Martins, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a sua participação na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022 está condicionada às condições de acesso à internet, uma vez que se encontra fora do país em contexto de viagem de trabalho, pelo que solicita, à condição, a sua substituição na referida sessão, informando ainda que, nessa circunstância, se faria substituir pelo cidadão seguinte da lista da Iniciativa Liberal – Daniel João dos Santos Moreira;
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca,



Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 13 documentos para serem apreciados – 1 moção do PSD; 2 recomendações e 2 votos do PS; 2 moções e 1 recomendação do BE; 1 recomendação e 1 voto de louvor do CDS-PP; e 1 moção e 2 votos da CDU – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: POR UM SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO AO SERVIÇO DOS FEIRENSES -----
Sendo um bem essencial à vida, sem a qual nenhum ser vivo pode viver, a acessibilidade à água constitui um direito universal, que tem de ser assegurado a todos os cidadãos. -----

Em Portugal a conquista e implementação do direito ao acesso à água potável é uma das vitórias alcançadas pelo poder local democrático, consagrado na Constituição de abril. -----

Após vários anos de privatização destes sistemas, em vários municípios, como é o caso de Santa Maria da Feira, é evidente uma grande insatisfação



por parte das populações, devido à lógica privada de transformar este direito universal à água numa mercadoria, pondo em causa um serviço público essencial e retirando às populações e ao poder local qualquer possibilidade de intervenção democrática na sua gestão. -----

De facto, em consequência da concessão do serviço de distribuição de água a privados, tem-se verificado que Santa Maria da Feira tem constantemente sido premiada com as tarifas mais caras do país sem que exista justificação técnica para tal. -----

As tarifas aplicadas são um encargo pesadíssimo para os Feirenses principalmente os que vivem de pequenas reformas, salários baixíssimos ou se encontram em situação de desemprego, e que veem as suas dificuldades financeiras aumentar, em consequência da mercantilização de um direito básico. -----

Este fenómeno de privatização de bens essenciais tem-se revelado um processo danoso, não só em Portugal, onde decorrem processos de remunicipalização, embora em diferentes fases, como é o caso de Santo Tirso, Trofa, Mafra e Setúbal, como em todo o mundo, de que são exemplos Paris (França), Buenos Aires (Argentina) ou Berlim (Alemanha). -----

As remunicipalizações têm avançado, em todo o mundo, porque se verificou que a gestão privada dos serviços de água conduziu à degradação da qualidade do serviço público, à dificuldade em monitorizar os privados, à falta de transparência e de investimento nas infraestruturas, bem como ao aumento das tarifas. -----

Consciente de que a gestão que a Indagua Feira faz do serviço concessionado não serve os interesses dos munícipes, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 25/02/2022, recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que inicie o estudo da viabilidade económica e financeira da reversão da concessão do serviço prestado agora pela Indagua, com vista a uma possível remunicipalização deste serviço essencial para a população Feirense.”-----



“SAUDAÇÃO ÀS MULHERES FEIRENSES -----

Realizando-se esta sessão, a poucos dias das comemorações de mais um 8 de março, Dia Internacional da Mulher, proponho a seguinte saudação às mulheres portuguesas e às mulheres feirenses, em particular: -----

Saudação -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 25 de fevereiro, saúda as mulheres portuguesas pela sua intervenção e luta em prol dos seus direitos, ao longo do tempo, mesmo antes do 25 de abril, tendo de enfrentar, então, a repressão, a prisão, a tortura, a ausência de liberdade. - Tendo em conta que, entre muitos outros problemas, as mulheres continuam a ser as principais vítimas, entre outras discriminações, de:-----

- altos índices de violência doméstica e no namoro,-----

- assédio moral e sexual,-----

- violação sexual e cyber violência,-----

- exploração sexual, prostituição e tráfico de seres humanos,-----

- desemprego, precariedade, baixos salários, pobreza, discriminação salarial,-----

- desrespeito pela função da maternidade, horários desregulados, sobrecarga da vida profissional e das tarefas domésticas,-----

a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira manifesta a sua solidariedade para com as mulheres portuguesas e as mulheres feirenses, em particular, salienta a sua importância e contributo para a visibilidade dos problemas de que continuam a ser os principais alvos, chamando a atenção, dos poderes políticos e da sociedade em geral, de que a promoção da igualdade na vida, do pessoal ao social, da valorização da criatividade e das competências das mulheres são um fator essencial para o cumprimento pleno de direitos humanos universais, de desenvolvimento do país e do concelho, de construção de uma democracia plena.”-----



“VOTO EM DEFESA DA PAZ E PELO FIM DA ESCALADA DE CONFRONTAÇÃO NA EUROPA --
Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos
na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia
na Ucrânia; -----

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo
alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto
às fronteiras da Rússia, assim da inserção e instrumentalização da
Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar; -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 25 de
fevereiro de 2022, -----

- Apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo
e à abertura de uma via negocial; -----

- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um
processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na
Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no
cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da
Conferência de Helsínquia; -----

- Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações à do povo
português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de
forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada
dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com
a Constituição da República Portuguesa.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou
os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO: BENGALAS BRANCAS (OU BENGALAS LONGAS)-----

“A bengala não serve só para ver, mas também para ser visto”. -----

A aplicação de recursos materiais, assim como as primeiras iniciativas
concretas, para garantir a deslocação autónoma das pessoas com
deficiência visual, datam da primeira metade do século XX. -----



O Dia Mundial da Bengala Branca, também conhecido como Dia Mundial da proteção dos cegos, é comemorado em 15 de outubro, e tem como um dos objetivos motivar e encorajar outras pessoas com problemas visuais a utilizar a bengala. -----

A Bengala Branca começou a ser usada por James Biggs of Bristol que, em 1921, para chamar a atenção dos automobilistas, pintou a dele de branco.- Em 1930, o presidente do Peoria Lions Club (Illinois), George A Bonham, introduziu a ideia de usar a bengala branca com uma faixa vermelha. -----

Pensada em 1996, pela professora argentina, Perla Mayo, a Bengala Verde nasceu com o objetivo de identificar as pessoas ambliopes (que possui menos de 1/10 de visão, mas que ainda vê – baixa visão).-----

Assim, a bengala branca, é utilizada por pessoas invisuais (com perda total da visão), a verde, para pessoas ambliopes e a vermelha e branca para pessoas com a deficiência da surdo-cegueira (uma combinação de diferentes graus de deficiência visual e auditiva).-----

(segue imagem)-----

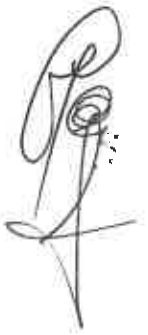
As bengalas podem ser dobráveis (luva, gomos, ponteira e elástico) e devem ter o tamanho proporcional à altura e marcha da pessoa. -----

Um dos objetivos desta proposta, é dotar os munícipes com a informação, de forma que possam, através da cor das bengalas, identificar as pessoas ambliopes (Bengala Verde), as pessoas invisuais (Bengala Branca) e as pessoas surdo-cegas (Bengalas Vermelha e Branca). -----

Ao abrigo do disposto n.º 1 e alínea b) do n.º 2 ambos do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o deputado municipal do CDS-PP de Santa Maria da Feira, propõe à Assembleia Municipal de 25-02-2022 que delibere: -----

1 - Que o município, através dos meios de comunicação (jornais, juntas de freguesia, redes sociais, cartazes, outdoors, etc.), divulgue as cores das bengalas, de forma a: -----

Permitir a fácil identificação de cada situação através das cores das



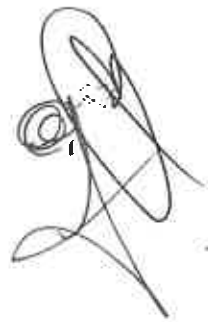
- bengalas;-----
- . Promover a sensibilização, conscientização e ampliação da inclusão das pessoas com diferentes tipos de deficiência visual;-----
 - . Minimizar o perigo para estas no trânsito;-----
- 2 - Insira em seu calendário esta data comemorativa e neste dia promova eventos de conscientização;-----
- 3 - Proceda com a oferta de bengalas, de acordo com cada deficiência, para os munícipes residentes no Concelho de Santa Maria da Feira que tenham esta necessidade;-----
- 4 - Propor: -----
- . A impressão em Braille dos materiais informativos municipais;-----
 - . Nos Centros de Saúde e nos Hospitais da região para os utentes invisuais;
 - . Letreiros em Braille com horários dos autocarros.”-----

“VOTO DE LOUVOR -----

A bancada do CDS da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, congratula-se com a extraordinária prestação da equipa do Feira Viva de Natação Adaptada, que no passado Campeonato Nacional de Inverno nos dias 29 e 30 de janeiro, com a conquista de sete Recordes Nacionais, dois Recordes Europeus e dezoito Recordes Pessoais. Destacando, que a equipa masculina se sagrou Campeã Nacional de Inverno de Natação Adaptada; e que a equipa também terminou o VII Troféu das Fogaceiras em primeiro lugar. -----

Sublinhar nesta Assembleia Municipal os dois Recordes Europeus que trouxeram para Santa Maria da Feira os atletas João Barge, com a conquista do Recorde Europeu DSISO PL Júnior nos 200 Costas, e Adriana Reis com o Recorde Europeu DSISO nos 200 Mariposa no Campeonato Nacional de Inverno Adaptada.-----

O deputado municipal do CDS propõe a esta Assembleia Municipal reunida em 25-02-2022 que delibere:-----



1. Um voto de louvor à Equipa Feira Viva de Natação Adaptada pelo sucesso alcançado no Campeonato Nacional de Inverno e no VII Troféu das Fogaceiras. Por ser uma equipa de alta vocação competitiva e exemplo de inclusão; por ser um projeto que oferece oportunidades a estes atletas de sonhar alto, além das suas limitações, têm demonstrado as suas capacidades.-----

2. Um voto de louvor aos atletas João Barge a Adriana Reis pela conquista dos Recordes Europeus: DSISO PL Júnior 200 Costas e DSISO 200 Mariposa.”-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO: DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES-----

Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados.-----

O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades.-----

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.-----

Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória



entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. -----

Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpabilizar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade. -----

Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022 celebra as



conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda faltam travar.”-----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A crise económica e social que se abateu no país como consequência da pandemia de Covid-19 está ainda a fazer-se sentir nas famílias. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, ainda não conseguiram uma efetiva recuperação.-----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada por quem criou lucros com a pandemia, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência.-----

A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar com resultado de um contrato de concessão à INDÁQUA que em nada serve os interesses dos Feirenses, situação que é constantemente agravada pela passividade demonstrada pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.-----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 10 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos.-----

Ora, esta política de convívência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial.-----

É a política do negócio suportado num bem essencial e que deveria ser de todos, a qual repudiamos veementemente.-----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi



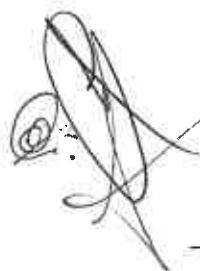
uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática,



não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar quase 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

A escolha de qualquer executivo camarário perante este cenário é simples: é entre o lucro dos privados ou um alívio mais do que justo para 10 mil agregados familiares. O Bloco está do lado desses munícipes no acesso a um bem que é de todos. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

“RECOMENDAÇÃO: PELA REGIONALIZAÇÃO -----

Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa entre Estado central e municípios?-----

Quem elaborou a Constituição de 1976 deu resposta a estas questões,



estipulando no artigo 237º que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”. E no artigo 238º que “as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”. -----

As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorrem. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e à redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais. -----

A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório “Decentralisation and Regionalisation in Portugal” publicado pela OCDE em 2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania. -----

Para além do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: as regiões administrativas. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática e para



combater o desperdício financeiro. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 25 de fevereiro de 2022, delibera: -----

1. Manifestar a necessidade de implementar as Regiões Administrativas previstas no Capítulo IV do Título VIII - Poder Local da Constituição da República Portuguesa;-----
2. Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica.”-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO: ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE -----
Reconhecendo que os municípios constituem a estrutura fundamental para a gestão dos serviços públicos numa dimensão de proximidade, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê o alargamento das competências dos órgãos municipais. -----

O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da saúde. -----

Estas transferências não se limitam a competências de gestão, prevendo-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o Serviço Nacional de Saúde relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. Prevendo-se assim que estes possam vir a participar e influenciar o plano das políticas de saúde a nível dos respetivos territórios. -----



Consubstanciado no Plano e Orçamento 2022 da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, consideramos o reconhecimento do município na responsabilidade de assegurar a definição de políticas de promoção e prevenção em saúde e no objetivo em constituir o Conselho Municipal de Saúde. -----

Reconhecemos a importância transversal da saúde para as populações e a importância da existência da Estratégia Municipal de Saúde do Concelho de Santa Maria da Feira, fornecendo informação importante relativa ao atual estado de saúde da população de todo o concelho, desagregado por Freguesia, concretizando as novas competências transferidas para os Municípios no âmbito da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. -----

Um documento que deverá servir como instrumento de planeamento estratégico nesta área, definindo prioridades para a prevenção e promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes. -----

É de todo relevante conhecermos o diagnóstico da situação de saúde e dos seus determinantes no nosso território, servindo de base à identificação de problemas e à definição de estratégias de intervenção. -----

Também na área da saúde é relevante promover a equidade. É indispensável identificar os territórios/zonas/freguesias onde se verificam desigualdades evitáveis no estado de saúde da população e nas suas determinantes. -----

Esta estratégia municipal a existir será certamente um importante instrumento de apoio ao decisor político. -----

É consabido que a saúde que temos depende de quem somos, da forma como vivemos e, fundamentalmente, do local onde vivemos, envelhecemos e acabamos por morrer. -----

Planear estrategicamente os territórios para a saúde não é uma moda, é uma necessidade. -----

Existe evidência científica de que “o envelhecimento da população e as



crises financeiras e económicas são fenómenos globais que afetam a vida das populações ao nível local”, colocando importantes desafios à governação dos territórios e à redução das desigualdades em saúde.-----

É por tudo isto que os governos são desafiados, permanentemente, a manter e/ou (re)criar respostas para as necessidades das populações, com vista a combater as desigualdades nas condições de vida da população, promovendo, desta forma, mais e melhor saúde. O planeamento estratégico, com vista à redução das desigualdades em saúde, pressupõe diferentes níveis de implementação, sendo o local o que melhor se adequa às exigências e desafios que enfrentamos. Os municípios têm capacidade para desempenhar um papel dinamizador. -----

Estamos despertos para uma nova realidade na área da saúde que impõe às lideranças a definição de políticas públicas locais, que exigem consensos abrangentes, articulação de recursos e a motivação e incentivo à participação, quer dos profissionais de saúde, quer da sociedade civil na organização e planeamento das respostas. -----

A Estratégia de Saúde do município de Santa Maria da Feira deverá constituir uma oportunidade para inovar, integrar e repensar os padrões de relacionamento entre os vários agentes locais, fortalecer os instrumentos de promoção da cidadania, delinear políticas locais de saúde baseadas na equidade e no direito de acesso de todos aos cuidados de saúde. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, recomenda ao executivo: -----

- 1) A criação e apresentação nesta Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira da Estratégia de Saúde Municipal; -----
- 2) A Constituição do Conselho Municipal de Saúde.” -----

“VOTO DE SOLIDARIEDADE: MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE PARA COM A UCRÂNIA E CONDENAÇÃO PELOS ATOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS PELA RÚSSIA -----



Existe um amplo consenso na sociedade portuguesa e na Europa de condenação às autoridades russas ao pôr em causa a soberania de um país independente, violando o direito internacional. Está em causa a segurança da Comunidade Europeia e a Paz Mundial com consequências económicas, sociais e humanas imprevisíveis. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS) pretende expressar Solidariedade para com a Ucrânia, no atual contexto que vivemos. Repudia o bombardeamento indiscriminado de zonas civis e condena veemente a ação militar desencadeada pela Rússia sobre o território ucraniano, que constitui uma clara violação do direito internacional. Expressamos a nossa solidariedade para com o povo que não quer esta guerra e é vítima dela, a nossa solidariedade para com o povo ucraniano, para com a comunidade ucraniana que reside em Portugal, para com os Portugueses e Luso Ucranianos residentes na Ucrânia. Uma palavra de apoio, de confiança e de esperança e sublinhando as palavras do Sr. Primeiro Ministro e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros estamos perante um dever que nos implica a todos no desafio de Acolhimento aos Ucranianos que queiram vir para Portugal. -----

Apelamos à comunidade internacional todos os esforços para que a paz seja restabelecida, para que as ofensivas militares sejam retiradas e seja possível restabelecer a paz. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 25 de fevereiro de 2022:-----

- 1 - Manifesta a sua solidariedade com o Estado e o povo da Ucrânia; -----
 - 2 - Condena veemente a invasão militar à Ucrânia por parte da federação Russa; -----
 - 3 - Solicita ações de apoio à comunidade ucraniana residente no nosso território e aos seus familiares que pretendam vir para Portugal à procura de acolhimento.” -----
-



Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS), que apresentou e explanou o Voto de Congratulação que, seguidamente, se transcreve:-----

“A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes. -----
A Organização Mundial de Saúde (OMS) idealiza um mundo em que todas as mulheres e recém-nascidos recebam cuidados de qualidade durante toda a gravidez, parto e período pós-natal.-----

A maternidade já não é algo exclusivo da mãe, é defendido por muitos que “pode e deve ser partilhada”. O papel do pai deverá ser cada vez mais ativo e é cada vez mais necessário reforçar a presença dos pais neste momento tão especial como a maternidade, “estilo de parentalidade mais saudável”. É de extrema relevância este cuidado também ser tido em conta pelos profissionais de saúde. -----

Muitos especialistas têm vindo a defender que, o fato da mãe sentir que tem alguém disponível e por perto, faz diminuir o stress, promove segurança e constitui um fator de proteção.-----

O Centro Hospitalar Entre o Douro e Vouga (CHEDV), conforme revelou na comunicação social, permite que o pai ou outra pessoa que a mãe desejar, tenha a possibilidade de permanecer durante a noite no hospital após o nascimento do filho. De forma a dar apoio às mães nesta nova etapa de vida e de forma a garantir toda a segurança das grávidas e dos bebés, a maternidade do CHEDV implementou um conjunto de procedimentos que visam garantir um parto e pós-parto seguros.-----

“Esta iniciativa procura dar resposta a uma necessidade, há muito sentida pelos profissionais da maternidade do CHEDV, do desejo de cada vez mais pais quererem participar nos primeiros dias de vida do recém-nascido e de proporcionarem mais apoio e segurança nesta fase”. -----

Uma palavra muito especial aos profissionais do serviço de maternidade do CHEDV que em tempo de dificuldades extremas e de grandes desafios reforçam a sua missão e empenho na nobre função de tratar, cuidar e



proteger.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera: -----

1 - Congratular-se pela iniciativa do CHEDV, que veio permitir que o pai ou outra pessoa que a mãe desejar, tenha a possibilidade de permanecer durante a noite no hospital após o nascimento do filho, salvaguardando e dignificando os direitos da maternidade e da paternidade; -----

2 - Enviar o presente Voto de Congratulação ao Conselho de Administração do CHEDV e ao serviço de maternidade daquele Centro Hospitalar.” -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Atendendo ao facto de que os Municípios Portugueses possuem competências específicas para promover e salvaguardar os interesses dos respetivos municípios, de entre os quais nos permitimos destacar a promoção do desenvolvimento, este compreendido em *lato sensu*, entendemos como oportuna a criação do Conselho Económico e Social de Santa Maria da Feira (CES-SMF) para prosseguir esse fim. -----

O concelho de Santa Maria da Feira tem consolidado a imagem de um território marcadamente industrial, com provas dadas nos mercados internacionais, em particular no setor dos bens transacionáveis. Esta teia empresarial de PME's que se associam a grandes *players* no mercado mundial e se complementam entre si, facilitou a expansão de alguns *clusters* industriais regionais. A conexão entre o capital relacional (resultante da proximidade) e o saber-fazer local (resultante da especialização inter e transgeracional), permitiu ao concelho de Santa Maria da Feira granjear vantagens irrepetíveis em qualquer parte do mundo. -----

A par desta realidade, importa ainda associar duas vantagens inequívocas



do território: o desenvolvimento infraestrutural, em particular os relevantes eixos rodoviários que cruzam o concelho e os equipamentos sociais de apoio a famílias, e o potencial de desenvolvimento policêntrico. Se o primeiro se consolida e pode exercer um poderoso efeito gravitacional sobre o território, o segundo é uma mais-valia por explorar que merece recolher toda a atenção por parte das entidades públicas. -----

Como tal, se possuímos as marcas distintivas do sucesso empresarial e detemos boa parte das condições endógenas para atrair capital industrial e comercial, importa alcançar indicadores sociais condizentes com esta realidade. Ora, para se conquistarem elevados padrões sociais, designadamente em matéria de rendimentos do trabalho, torna-se necessário conhecer, tão de perto quanto nos for possível, a realidade dos agentes económicos, uma vez que a simples assunção dos princípios clássicos reproduzidos no mundo académico, ignora a complexidade e incerteza crescentes do dia a dia. Não se trata, pois, de negar a validade de princípios elementares do funcionamento dos mercados, em particular do mercado de trabalho, mas de ir além; descortinando entraves, desafios e oportunidades que pressuposto algum jamais poderá superar. -----

Posto isto, consideramos fundamental implementar em Santa Maria da Feira, este órgão consultivo e de reflexão sobre os domínios económico e social do concelho, pelos motivos anteriormente apresentados, mas também porque permitirá: -----

- Auscultar as necessidades e ambições dos agentes económicos do território, assim se promovendo o diálogo social entre os parceiros sociais, -
 - Estimular a participação de personalidades com créditos académicos e/ou empresariais cujos conhecimentos se traduzam em significativos aportes para a formulação de políticas económico-sociais estratégicas, -----
 - Acompanhar a evolução das opções estratégicas seguidas pela autarquia,
 - Identificar pontos de convergência entre a ação pública e privada (famílias, empresas e instituições sociais) que se coadunem na prossecução
-



e concretização de objetivos territoriais,-----
- Recolher informação estatístico-financeira indispensável para identificar as vantagens comparativas do território e os seus grandes desafios, -----
- Pronunciar-se sobre as propostas de planos setoriais de âmbito municipal e, em geral, sobre as políticas de reestruturação e de desenvolvimento socioeconómico que a Câmara Municipal entenda submeter-lhe. -----

Esta recomendação procura, tão só, gizar a ideia base de um Conselho Económico e Social para o concelho de Santa Maria da Feira, ficando o quadro regulamentar de apoio e sustentação da composição, competências, atribuições, funcionamento, entre outras, a definir em momento futuro pelo Executivo Municipal.”-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“CONDENAR O ATO DE VIOLÊNCIA E AGRESSÃO PERPETUADOS PELA RÚSSIA NA UCRÂNIA E O VOTO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO UCRANIANO-----

A Invasão da Ucrânia pelas tropas soviéticas deve ter o mais elevado protesto e repúdio por parte desta Assembleia Municipal, este ato gratuito, extemporâneo e despropositado revelador da mais elevada falta de cultura democrática de quem o pratica agredindo um País democrático em que a paz e o exercício da liberdade e democracia são o garante do seu desenvolvimento. -----

Esta ação premeditada e solitária de um País agressor de outro, deve merecer e exigir de todos os países que se regem por modelos democráticos de governação, defensores da liberdade individual e coletiva o mais elevado protesto e a pública condenação, não sendo tolerável que qualquer ato desta natureza seja praticado sobre um País Independente. -----

A paz e segurança da Europa e do Mundo estão ameaçadas com esta ação do exército russo, que com bombardeamentos sobre zonas civis, ferindo e



matando cidadãos inocentes que vivendo em liberdade foram vitimas dessa circunstância. -----

Propõem-se que esta Assembleia Municipal delibere: -----

1. Condenar com o mais elevado protesto a invasão de tropas Russas ao território Ucrainiano. -----
2. Exigir dos Países Democráticos medidas e ações que garantam a reposição da normalidade do exercício da liberdade e condições de Segurança num País Independente e autónoma como é a Ucrânia. -----
3. Manifestar a solidariedade com todo o povo ucraniano nesta hora de dor e sofrimento. -----
4. Manifestar junto do Governo de Portugal ativar mecanismos de apoio a Comunidade Ucraniana em Portugal e desenvolver procedimentos facilitadores para o acolhimento de familiares dos Ucranianos que já residam em Portugal.” -----

Posto isto, feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro João Vidal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vou começar pelos votos em relação à Ucrânia. Iremos votar contra os 2 votos, o do PS e o do PSD, referindo que existe uma gralha interessante no do PSD, que ainda acha que existe o exército soviético. Diz muito sobre o PSD. -----

Iremos votar a favor a moção do Bloco de Esquerda do Dia Internacional da Mulher. Sobre a Tarifa Social da Água, vamo-nos abster, e a da Regionalização vamos votar a favor. -----

Relativamente à moção do CDS relativamente às bengalas brancas, vamos votar a favor, deixando já uma questão, se o CDS auscultou as associações



quanto à pertinência destas medidas que, em larga escala, nos parecem benéficas aplicar. -----

Relativamente ao Conselho Económico e Social, do PS, vamos votar contra. Este Conselho só teria o nosso voto favorável se viesse dar mais voz aos trabalhadores e aos seus direitos. Sendo esta recomendação tão vaga quanto aos seus objetivos, funcionamento e composição, não estando expressamente referido que os representantes dos trabalhadores teriam assento nesse Conselho, não nos é possível ter outra posição.-----

Relativamente à Estratégia Municipal de Saúde, do PS, vamos votar contra. Não podemos votar a favor porque somos contra a transferência de competências. -----

O voto de congratulação do PS vamos votar favoravelmente, e o voto de louvor do CDS iremos, também, votar favoravelmente.” – Fim de citação. ---

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por informar que, em relação à moção respeitante à atribuição automática da Tarifa Social da Água, do BE, se iria abster.-----

Informou que iria votar contra a moção da CDU por um serviço de água e saneamento ao serviço dos feirenses.-----

Quanto à moção do PSD, de condenar o ato de violência e agressão perpetuados pela Rússia na Ucrânia, disse que iria votar a favor.-----

Em relação à recomendação do PS sobre o Conselho Económico e Social de Santa Maria da Feira, deu nota que a iria votar favoravelmente, assim como iria votar a favor a recomendação do CDS-PP relativa às Bengalas Brancas -----

Concluindo, deu nota que se iria abster em relação à recomendação do Bloco de Esquerda a respeito da Regionalização, tal como se iria abster quanto à recomendação do PS sobre a Estratégia Municipal da Saúde.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se



passa a citar: -----

“Antes de mais, repetir aquilo que já aqui foi dito, esperar que seja a última assembleia online, desejar que tenhamos condições para, a partir de agora, voltar à nossa normalidade democrática, de encontros presenciais. -----

Também queria aproveitar, uma vez que é a primeira assembleia depois do ato eleitoral para as eleições legislativas, dar os parabéns aos feirenses que foram eleitos deputados nestas últimas eleições, desejar-lhes um bom mandato. -----

Eu queria, aqui, também referir a questão que o Sr. Presidente colocou, que tem a ver com a situação das moções relativamente à Ucrânia. Nós, uma vez que a situação da Ucrânia se agudizou já depois da data limite para apresentação de moções, nós não o fizemos porque decidimos cumprir o regimento, embora tenhamos recebido algumas moções, mas não levantamos nenhum problema com isso, pelo contrário, entendemos que é uma situação tão excepcional que merece também essa excepcionalidade por parte da Mesa. Mas, já agora, aproveitava também para dar aqui conta da nossa posição sobre o assunto, uma vez que houve essa exceção, e funcionar um bocadinho também como declaração de voto nos votos que vamos dar em relação a este assunto, quer às moções do PSD e do PS, quer à da CDU. -----

Portanto, sobre este assunto, então, queria dizer que a Iniciativa Liberal acompanha com enorme preocupação a agressão à soberania da Ucrânia por parte da Rússia. Neste momento doloroso, manifestamos a nossa total solidariedade ao povo ucraniano, e aos mais de 40 mil cidadãos daquele país que residem em Portugal. Nesta, como em todas as situações, posicionamo-nos inequivocamente do lado do respeito pelo direito internacional, pela democracia liberal e pela liberdade. Este é um momento em que não podem existir hesitações ou duplas interpretações. A Rússia está a fazer uma agressão territorial imperialista de grande escala com justificações étnicas. Para a Rússia, a Ucrânia é uma ameaça. Não uma



ameaça militar, mas uma ameaça ideológica. A determinação da Ucrânia em tornar-se uma democracia é um problema genuíno para o projeto nostálgico e imperialista de Putin. A criação de uma aristocracia cleptocrática, na qual ele é todo-poderoso, uma aproximação ao antigo império soviético. -----

Os governantes russos falharam clamorosamente no desenvolvimento económico do país, que hoje tem um PIB per capita que é menos de metade do português, enquanto outros Estados vizinhos que adotaram a democracia liberal e políticas liberais são hoje mais ricos que Portugal e proporcionaram ao seu povo melhores condições de vida, com mais liberdade individual. -----

Os governantes russos têm medo da democracia liberal a crescer às suas portas. A agressão expansionista é uma tentativa desesperada para se manterem no poder. -----

O nosso País não pode pactuar com esta situação. A Iniciativa Liberal exorta o Governo português a assumir uma posição clara nesta matéria, repudiando com veemência a invasão Russa da Ucrânia, e estendemos tal exortação a todos os partidos portugueses, a nível nacional e local. -----

Mais, entendemos que o Governo deve ir mais longe, atuando por um lado de forma severa sobre os interesses russos em Portugal e, por outro, disponibilizando os recursos do país para toda a ajuda ao povo ucraniano que se revele necessário. -----

Neste momento, porém, não podemos deixar de comentar a atuação da classe política portuguesa neste assunto. Perante a ameaça à Ucrânia, o PCP e o Bloco de Esquerda não conseguiram esconder o que são, ou apoiaram Putin, disfarçando-o agora, ou, numa variante hipócrita, culpam a NATO. Foi a estes partidos que António Costa ofereceu, durante 6 anos, influência num governo de Portugal. Por isso, é com surpresa que registamos esta corrida à sinalização da virtude que todos têm tentado nas últimas horas, como se vê também nesta Assembleia. A fronteira da



liberdade está onde sempre esteve, é pena ter sido preciso um assassinio de um país e de uma democracia para alguns a perceberem. -----

A Iniciativa Liberal esteve sempre do lado certo na questão fundamental, estará sempre do lado da democracia liberal e de todos os povos que ambicionam e lutam contra quem a quer reprimir usando violência do Estado ao serviço dos interesses da sua classe política. Estamos sempre do lado da Liberdade, e estaremos sempre do lado da Liberdade. -----

Isto é a nossa posição e declaração de voto em relação a este tema, às diferentes propostas que foram aqui apresentadas. -----

Sobre os outros temas deixo também a nossa posição, não é o sentido de voto, porque isso, na altura certa, o diremos, mas é a fundamentação desse sentido de voto. -----

Sobre a tarifa social da água e à proposta da CDU e do Bloco, começava pela do Bloco dizendo o seguinte, e queria que ficasse escrito também em ata. O Bloco de Esquerda, nas poucas vezes que tem razão, perde a razão. Sempre a mesma linguagem, sempre a mesma diabolização da iniciativa privada, sempre o mesmo ataque às empresas. Cito: a escolha de qualquer executivo camarário perante este cenário é simples, é entre o lucro dos privados ou um alívio mais do que justo para 10 mil agregados familiares. - O Bloco não quer resolver os problemas, quer acusar, quer provocar, quer fazer demagogia. Desta vez até tinha uma boa causa, mas o ódio pela liberdade económica fala sempre mais alto. Temos pena, mas não podemos votar a favor. -----

Em relação à posição da CDU, aplica-se o mesmo que dissemos acima, mas ainda com mais veemência. Defendemos uma profunda revisão do modelo de concessão, estamos de acordo com isso, mas não podemos defender que, perante os problemas, ao município seja sugerido que rasgue contratos ou que atire o problema para os tribunais. Não é essa a nossa posição, temos sentido de responsabilidade face a um contrato assinado com um concessionário, que deve ser observado até ao fim. Devemos



preparar, sim, um novo ciclo de concessão, defendendo os interesses dos municípios. -----

Em relação ao Dia Internacional da Mulher, proposta da CDU, estamos de acordo, mas já não estamos tanto com a proposta do Bloco de Esquerda, em relação à qual nos vamos abster. E também queria deixar uma declaração de voto em relação a essa proposta dizendo: esta moção, disfarçada de uma salutar luta pela igualdade de direitos e oportunidades das mulheres, com a qual, obviamente, todos nos identificamos, não é, porém, mais do que uma tentativa do Bloco de Esquerda em instalar a sua guerra cultural, já que perdeu o combate da defesa do socialismo e comunismo como formas de desenvolvimento económico e de progresso dos países e bem-estar das populações. Basta ver a linguagem utilizada, que passo a citar: uma opressão secular do sistema patriarcal, uma luta interseccional e internacional, movimentos e partidos de extrema-direita, recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, comportamentos racistas, machistas e misóginos, cultura machista instalada, etc., etc. -----

Ou seja, o Bloco quer meter todos os ismos no mesmo saco, o machismo, o racismo, o capitalismo, querendo confundir as pessoas num truque baixo, mas que os portugueses já perceberam e desmascararam nas últimas eleições legislativas. -----

Para a Iniciativa Liberal o único ismo que interessa é o humanismo, e acreditamos que cada ser humano, cada indivíduo, seja homem ou mulher, tem dignidade dentro dele próprio, é dono do seu corpo, da sua consciência, do seu intelecto, e cada pessoa tem o direito de usufruir livremente do produto da sua busca de realização pessoal, dos frutos do seu talento e do seu esforço. É isto que nos distingue, por isso, neste Dia Internacional da Mulher, mais do que manifestações vagas e cheias de clichês ideológicos, devemos falar de problemas concretos e da urgência do seu combate. Por exemplo, da violência doméstica, um crime com milhares de vítimas em Portugal. Segundo o Relatório Anual de Monitorização de



Violência Doméstica, em 2019 foram recebidas pelas forças de segurança, em média, 3 participações por hora, sendo que 31% das ocorrências participadas foram presenciadas por menores, mais de 80% das vítimas das ocorrências eram mulheres, enquanto mais de 80% dos denunciados eram homens.-----

Sublinha-se, todavia, que a violência doméstica afeta também homens e crianças. Cumpre ainda referir a vulnerabilidade de muitos jovens LGBT, particularmente suscetíveis de serem vítimas de violência doméstica em contexto familiar. Sendo a violência doméstica um fenómeno complexo, a resposta ao mesmo terá de ser transversal e abrangente sob pena de não ter os efeitos pretendidos. É preciso investir numa intervenção que não passe apenas pela punição, mas também pela educação, promoção de comportamentos não violentos e resolução pacífica de conflitos. É importante reformular uma intervenção multidisciplinar, capaz de celeridade e urgência, de modo a investir na segurança da vítima e também na reeducação dos agressores. Só assim poderemos garantir uma resposta mais eficaz e adequada por parte do Estado, são medidas concretas que se exigem, não proclamações ocas e demagógicas. Por isto tudo, não podemos votar a favor da moção.-----

Em relação às bengalas brancas, estamos de acordo com a proposta.-----

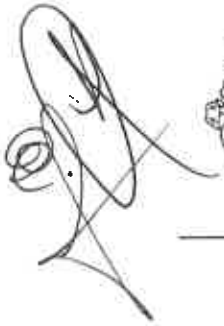
Em relação, também, à proposta do CDS do voto de louvor à Natação Adaptada, obviamente estamos de acordo. Mas, queríamos deixar aqui só uma nota de âmbito transversal, que é o cuidado, enquanto membros desta Assembleia, de não querermos ir atrás de todos os sucessos individuais ou coletivos. Devemos encontrar uma forma de felicitar e de acompanhar os sucessos desportivos, artísticos, científicos dos nossos jovens e das nossas instituições, mas esta tentativa de ir atrás de cada um dos sucessos e tentar ser o primeiro a chegar a uma proposta na Assembleia Municipal, parece-me que não é salutar porque nos vai desviar do mais importante que é, de facto, acompanhar este processo, valorizar



todos os atletas, todos aqueles que se esforçam e que são do nosso Concelho, e que têm mérito. No entanto, não estou a dizer que não estamos de acordo com a proposta, mas enquanto Assembleia, enquanto deputados, podíamos encontrar uma fórmula para que este exercício possa ser feito de forma mais integrada ao longo de um ano, ou, pelo menos uma vez por ano, fazermos esse elenco e darmos aqui este sinal, com o qual, obviamente, estou de acordo. -----

Em relação à regionalização, concordamos com a proposta do Bloco de Esquerda. De facto, vivemos num país excessivamente centralista, o que o torna mais injusto, menos democrático, menos livre e mais pobre. E, por isso, não podemos perder esta oportunidade que está em curso, uma profunda reforma do modelo de governação territorial do país, aproximando o poder das pessoas. Só que, desta vez, não podemos falhar, temos de envolver toda a gente nesta luta, os cidadãos, as empresas e as instituições, fazer pedagogia, fazer literacia, aprofundar o conhecimento e o debate. E, por isso, recomendamos que o Município, tal como é sugerido, se interesse por este assunto, participe nele ativamente, organize um programa de conferências sobre a descentralização e a regionalização, levando-o a todos os munícipes, e deve começar já pois 2024 está à porta e, desta vez, não podemos falhar. Acreditamos que é a oportunidade de uma geração tornar o país mais democrático e mais participado civicamente, e, portanto, mais próximo dos cidadãos também o processo democrático.-----

Em relação à Estratégia Municipal para a Saúde, nós vamos abster-nos, não porque não estejamos de acordo que o assunto seja discutido sob o ponto de vista estratégico no Concelho, mas acreditamos que a melhor metodologia será uma análise deste assunto, um processo de diagnóstico e de formação de políticas, que envolva a dimensão metropolitana e a regional, para além da dimensão local. Acreditamos que a complexidade dos sistemas de Saúde deve obrigar-nos a uma articulação vertical entre



políticas nacionais, políticas regionais, políticas metropolitanas e intermunicipais, e fecharmo-nos numa discussão só a nível local parece-nos que é pouco eficaz, e acreditamos que há fórmulas melhores de trabalharmos o elemento estratégico da Saúde no Concelho. -----

Em relação ao Conselho Económico e Social, estamos de acordo e vamos, portanto, votar a favor.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer, a respeito dos documentos propostos pela CDU, que não sabe como é que, perante os factos que estão a acontecer na Ucrânia, se pode ainda defender uma intervenção por parte de um país sobre outro Estado soberano, comentando que ainda há quem pense estar no século passado.-----

Sobre a moção relativa ao serviço de água e saneamento referiu que o CDS-PP também tem vindo a sinalizar que o Município tem de, independentemente da ideologia de cada um, reestruturar a concessão da Indaqua Feira e tem de, no seu devido tempo, não rasgar o contrato, mas sim pensar numa nova estratégia para poder prestar um melhor serviço e terminar com a prepotência que a Indaqua Feira tem para com os feirenses, acrescentando que o Município não pode ficar a olhar para o lado e a fazer de conta que não sabe de nada. -----

Continuou por dizer, aludindo ao Dia Internacional da Mulher, que o CDS-PP acompanha tudo o que seja em prol do combate à violência doméstica, independentemente das ideologias de cada um, dando nota que este é um assunto demasiado sério e importante para que esta Assembleia Municipal possa ficar indiferente. Salientou que discutir estas temáticas nos fóruns adequados, para encontrar soluções, é também uma forma de colocar a cidadania de cada um ao serviço da comunidade, acrescentando que o CDS-PP vai continuar a falar sobre o assunto e a dar ênfase ao Dia da Mulher, ao combate da violência doméstica e de todos os outros comportamentos desse género, como o racismo.-----



Sobre a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda referente à regionalização, realçou que o CDS-PP é contra a regionalização. -----

No que diz respeito à moção sobre a atribuição automática da Tarifa Social da Água, disse acompanhar que o Município deve por em prática o que está acordado a nível legal, assim como fazer uma maior divulgação sobre as tarifas sociais para as famílias numerosas, comentando que há famílias que, podendo, ainda não estão a usufruir desses benefícios por falta de informação. -----

Disse que, em relação às propostas trazidas pelo PS, as iria acompanhar, comentando, a propósito da recomendação sobre a Estratégia Municipal de Saúde, que entende que a Assembleia Municipal, como fórum municipal que é, deve dar o pontapé de saída e dar o exemplo, e que, depois, a discussão se poderá estender para outros fóruns de nível regional e até nacional. Reforçou que, a nível municipal, a Assembleia Municipal também deve estar empenhada na construção de plataformas que possam tratar destes assuntos e contribuir para encontrar soluções. -----

Concluindo a sua intervenção reafirmou, quanto à situação da Ucrânia, que o CDS-PP está a favor da condenação da agressão feita pela Rússia a um país soberano, e que espera a rápida resolução do problema pois, caso contrário, o mesmo se pode transformar numa catástrofe mundial. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por aludir à moção da CDU por um serviço de água e saneamento ao serviço dos feirenses, para dizer que a posição do BE está totalmente alinhada com a da moção, pois considera que a água é um bem de todos e que o Executivo deve proceder a todos os esforços que levem à sua remunicipalização. Salientou que, na ótica do BE, a implementação de uma tarifa social da água e o foco para a remunicipalização da exploração da água são complementares, pelo que, portanto, votaria favoravelmente a moção. Disse querer que fique claro que o BE vai estar sempre do lado dos feirenses e não aceita que o serviço de



um bem público seja explorado, e que irá denunciar sempre que isso ocorra.-----

Relativamente à recomendação do CDS-PP sobre as bengalas brancas, informou que também a iria votar favoravelmente.-----

Referiu, quanto às recomendações do PS, uma relativa à criação do Conselho Económico e Social e a outra sobre a Estratégia Municipal de Saúde e, nessa, para a constituição do Conselho Municipal de Saúde, que o BE considera que são instrumentos fundamentais não só para a identificação e caracterização da realidade, mas também para a definição de um plano de ação, pelo que as votaria favoravelmente. Salientou que, contudo, importa realçar que era importante definir quem são os intervenientes do referido Conselho, pelo que essa recomendação deveria, se possível, ser complementada com esta informação de carácter mais específico.-----

Deu nota que também iria votar favoravelmente o voto de congratulação proposto pelo PS respeitante ao Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, bem como o voto de louvor proposto pelo CDS-PP a respeito da Natação Adaptada.-----

Sobre o voto de saudação às Mulheres Feirenses, da CDU, referiu que esta questão deve preocupar todos os agentes políticos, pelo que o BE queria, de forma clara e inequívoca, associar-se a esta proposta.-----

De seguida, em relação ao voto de solidariedade proposto pelo PS para com a Ucrânia, à moção do PSD a condenar o ato de violência e agressão perpetrada pela Rússia na Ucrânia e o voto de solidariedade para com o povo Ucrainiano, assim como o voto proposto pela CDU pela defesa da paz, disse que o BE quer associar-se a estas propostas e manifestar, de forma veemente e para que não restem dúvidas, a sua condenação do ato de invasão perpetrado pela Federação Russa na Ucrânia, fazendo um apelo à paz e à necessidade de uma resposta que apoie os cidadãos ucranianos neste momento trágico da história da humanidade.-----



Realçou que o povo ucraniano é vítima de duas estratégias idealistas, uma Russa, que quer ressuscitar os tempos dos czares, e outra dos Estados Unidos que, através da NATO, impulsionou uma alteração estratégica numa tentativa de assegurar uma posição cimeira na geopolítica internacional. Salientou que quem sofre com estas movimentações imperialistas é o povo ucraniano, que foi apanhado entre estas duas estratégias e está a sofrer da pior forma com estas duas movimentações. --- Concluindo a sua intervenção, referiu que o BE não só condena como tem proposto a aplicação de sanções, como a revogação dos Vistos Gold atribuídos a oligarcas russos bem como a revogação da nacionalidade portuguesa aos oligarcas russos. -----

Intervio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Sobre a moção da CDU para o serviço de água e saneamento ao serviço dos feirenses, nesta moção nós consideramos relevante a parte resolutiva da moção, onde solicita que a Câmara inicie um estudo da viabilidade económica e financeira de reversão da concessão do serviço prestado pela Indaqua. Este estudo é muito relevante e o Município até já o podia ter desencadeado, e não ter qualquer problema em dá-lo a conhecer. -----

O Município está balizado por um contrato de concessão de água e saneamento que não acautelou os interesses dos munícipes, e a única alternativa que o Sr. Presidente da Câmara nos dá é a de um preço da água elevado, algumas zonas do Concelho ainda sem rede de saneamento, e o compromisso, ou melhor, o seu compromisso de que cumprirá o contrato. Poderia também deixar-nos de herança um estudo da viabilidade económica e financeira da reversão deste contrato, a acontecer, se não me falha a memória, em 2029.” – Fim de citação. -----

Intervio o membro **Marco Jesus** (PS) que, a respeito do voto em defesa da



paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa, da CDU, disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“O Partido Socialista não acompanha a moção da CDU e vai votar contra. Sobre a moção em si, quero referir o seguinte. O mal-estar entre a Rússia e a Ucrânia é sabido, tem história, e não nos custa a aceitar que uma parte considerável da tensão existente neste momento entre estes dois países resulta, precisamente, da aproximação da NATO às fronteiras russas.-----

Mas o que nós não podemos aceitar é que tal possa vir a servir de desculpa para uma agressão militar contra um país soberano, para uma violação do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, para um ataque aos direitos humanos e à liberdade de um povo e de um país de Direito Internacional, e que deve ser respeitado.-----

Para nós, como ficou plasmado na moção do Partido Socialista, é exigido uma vigorosa condenação para qualquer país agressor, seja ele a Rússia ou outro qualquer, sempre que este entrar numa lógica de guerra, não se submeta ao diálogo e não privilegia a via diplomática para resolver um qualquer braço de ferro existente.-----

A ameaça à paz mundial a que assistimos não tem qualquer desculpa, a moção aqui apresentada pela CDU, no seu 2.º parágrafo, vislumbra uma espécie de reação legítima da Rússia para uma guerra que não tem razão de existir. A ação da Rússia não pode ser confundida com a legítima defesa, é uma agressão, não há atenuante possível, por isso, não acompanhamos e vamos votar contra.” – Fim de citação.-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer que queria fazer um aparte porque, nesta sessão, alguém referiu que espera que esta seja a última sessão da Assembleia feita por videoconferência, e queria aproveitar para dizer que, desde que teve a oportunidade de participar ativamente num fórum político em Santa Maria da Feira, a única via em que se sentiu em pé de igualdade com os demais



foi nas reuniões por videoconferência, em que não houve nada em que se sentisse constrangida ou que tivesse de se adaptar, devido à sua limitação física, para poder exercer as suas funções. Disse perceber que haja quem queira voltar às reuniões presenciais, mas que, da sua parte, está muito bem assim porque, por videoconferência, é igual a todos os restantes.-----

Posto isto, aludindo à recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre as bengalas brancas, disse ser de louvar o facto do CDS-PP ter pensado nestes assuntos, envolvendo um tema que é muito caro ao Partido Socialista. Salientou que, no entanto, queria fazer algumas observações relativamente a algumas imprecisões que disse serem naturais de quem não trabalha nestas matérias a tempo inteiro, propondo algumas correções.-----

Referiu que a recomendação refere pessoas invisuais, mas que não há pessoas invisuais, mas sim pessoas cegas e de baixa visão, ou amblíopes, comentando que é por isso que as associações representativas são associações de cegos e amblíopes, e não associações de invisuais e amblíopes.-----

Deu nota que outra imprecisão diz respeito à questão da bengala verde, dizendo que a mesma não é reconhecida pelas associações da área, antes pelo contrário, reprovam-na veementemente porque a bengala verde foi criada para quem, de repente, se vê numa situação de não ver em conformidade e poder sentir algum constrangimento, pelo que consideram a bengala verde uma discriminação face à incapacidade de ver. Referiu que, assim sendo, o grupo municipal do PS sugere a retirada das referências relativamente à bengala verde, realçando ainda que, apesar da bengala vermelha e branca não estar homologada, é aceite pelas associações representativas.-----

Em relação à campanha de informação sobre as bengalas, disse que o grupo municipal do PS não tem nada contra, com a ressalva de que não se revê na questão da bengala verde.-----



Disse também nada ter contra à cedência de bengalas por parte do Município, chamando, no entanto, a atenção de que as bengalas são 100% financiadas através do sistema de atribuição de produtos de apoio, através do Sistema Nacional de Saúde, da Direção-Geral da Educação, dos Centros de Emprego ou da Segurança Social. -----

Em relação ao braille, disse louvar que se recomende inserir o braille na comunicação do Município, mas que alerta que o braille apenas resolve os problemas de quem nasce cego porque quem adquire uma situação de cegueira ou de baixa visão a partir de uma certa idade, nunca aprende braille. Disse que o braille só responde a 8% da população cega, pelo que o grupo municipal do PS propõe que, além do braille, se implemente um conjunto de outras adaptações necessárias para garantir que a comunicação municipal chega a todos. -----

Concluindo, salientou que se o membro Ângelo Santos, proponente da recomendação, aceitar estas alterações, então o grupo municipal do PS votaria favoravelmente, caso contrário teria de se abster. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Iniciando pela moção do Bloco de Esquerda sobre o Dia da Mulher, o dia 8 de Março, o PSD irá votar favoravelmente muito embora, e foi abordado isto inclusive, sobre a questão de efetivamente a moção estar carregada de ismos, como disse o Carlos Martins e muito bem, mas achamos que a importância do Dia da Mulher, a importância de defendermos a igualdade, de repudiarmos por completo situações em que, infelizmente, as mulheres continuam a ser vítimas, e muito mais do que os homens, a violência doméstica e outras, por isso iremos acompanhar e votar favoravelmente. ---
Relativamente à tarifa social da água, proposta também pelo Bloco, iremos votar contra. Ouvi atentamente aquilo que disse o Tiago, percebi que é uma questão também muito ideológica que está fortemente enraizada



naquilo que o Bloco de Esquerda vem dizendo há muitos anos, e aquilo que nós também vimos dizendo, com algum sucesso, é que nós temos uma Divisão Social, em que a Divisão Social já prevê os apoios para os mais carenciados. E quando digo os mais carenciados, é para aqueles que são efetivamente carenciados, e não para todos.-----

Claro que todos não gostamos de pagar mais água, mas, por vezes, para termos investimento, para termos uma água das melhores do País, para continuarmos a ter um saneamento que, considerando os rácios europeus, temos uma cobertura total, para termos isto tudo, o dinheiro, vá lá algumas pessoas pensarem que, se calhar, vem do céu, ele não vem do céu, precisa ser bem gerido, e é por isso que iremos votar contra. -----

Por um serviço público de água, com toda a franqueza, até pelo que vou dizer a seguir, a CDU continua no século 19, votamos contra.-----

Quanto ao Conselho Económico e Social, do PS, vamos votar contra e explico porquê. A Câmara da Feira já possui um Conselho Local de Ação Social, onde já são debatidos muitos dos assuntos propostos no texto que estive a ler do Daniel. Aquilo que futuramente, e se houver esse interesse da parte do Partido Socialista, e que nós podemos propor e temos alguma recetividade para isso porque não está previsto no Conselho Local de Ação Social, é a envolvência também do tecido empresarial do Concelho, o que talvez faça sentido e seja isso que o Daniel queira dizer, mas isso não é o que diz e, por isso, iremos votar contra. -----

Quanto à regionalização, do BE, mantemos e respeitamos a vontade popular no último referendo, que foi o voto contra, por isso mantemos essa posição até uma decisão diferente. -----

Bengalas brancas, do CDS. Penso que aquilo que a deputada Lia veio dizer foram algumas correções técnicas que, efetivamente, provavelmente, serão erros de fácil correção. Não ouvi o Ângelo dizer se ia corrigir ou não, mas parece-nos que são erros ou imprecisões que dão para corrigir, e acompanhamos e votamos favoravelmente. -----



O voto de congratulação ao Centro Hospitalar e o facto de os pais também poderem estar presentes, acompanhámos e congratulamo-nos desta decisão.-----

O voto de louvor da equipa de Natação Adaptada da Feira Viva votámos favoravelmente, e o voto do dia 8 de março, da CDU, também vamos votar favoravelmente. -----

Eu saltei, e não foi por acaso, assim como também não disse os soviéticos por acaso, a questão da CDU e do voto relativamente à Ucrânia. Eu não posso não dizer aqui a verdade. Eu, no lugar da CDU, acho que a CDU devia pedir, tem um enorme pedido de desculpa para com o povo ucraniano. A CDU, e não estou a falar diretamente para o deputado João, porque eu acho que isto é cassete e, portanto, não será exatamente até o que pensa, e se é, eu respeito, porque eu gosto de viver em democracia e de viver com ideias diferentes, ao contrário de outras pessoas. Respeito a opinião do João, o João respeitará a minha. -----

Não, não me enganei. Efetivamente, o comportamento da Rússia parece-me, faz-me lembrar de estudar os livros de História, não por ter vivido, mas há muitas pessoas que viveram, infelizmente, os terrores do que foram os regimes soviéticos, o que havia naqueles países. O facto de, como disse o Marco, e muito bem, haver uma espécie de legitimação, uma espécie de justificação, dizendo quase que a NATO é que esteve ali e que foi por isso. Tenham vergonha. Tenham vergonha. Deixem-se de justificações. São um partido do século 21, com ideias do século 21, num mundo que devia ser humanista e não devia ser bélico, que mata por interesses que ninguém percebe, por oligarcas, por tudo isso. E o PCP está ao lado destes senhores. Deve um pedido de desculpas ao povo ucraniano e deve um pedido de desculpas até aos portugueses porque nos envergonha, perante a comunidade internacional, ter um partido que mantém estas posições em Portugal. É um partido altamente radical e, neste momento, vê-se claramente o seu posicionamento, o que é lamentável, e vamos votar



contra.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que o PSD aceita sempre as recomendações que são apresentadas a esta Assembleia, que são sempre muito bem-vindas, mas que, contudo, no que respeita à recomendação do PS relativamente à Estratégia Municipal da Saúde, não pode deixar de tecer algumas considerações e recordar algumas questões. - Referiu que, desde logo, a recomendação fala que planear estrategicamente os territórios para a saúde não é uma moda, é uma necessidade, realçando, sobre essa afirmação, que o PSD não acompanha as modas porque o Concelho já vem definindo, desde há cerca de 15 anos, a sua estratégia territorial, desde logo no que diz respeito aos cuidados de saúde primários. Disse que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 298/2007, que estabeleceu o regime jurídico da organização e do funcionamento das Unidades de Saúde Familiar, o Município percebeu que o paradigma deste ramo da Saúde tinha mudado e que somente com economias de escala poderia projetar e melhorar este tipo de serviços no Concelho, acrescentando que somente com a unificação de postos médicos é que tal seria possível. Referiu que Emídio Sousa, na altura enquanto vereador, junto com o diretor do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira de então, definiram uma linha de orientação e iniciaram o processo, comentando que houve engenho, capacidade e empenho para adaptar espaços, desafiar as equipas clínicas e colocar os projetos no terreno.-----

Salientou que o Município percebeu que o paradigma dos cuidados de saúde primários tinha mudado e, em 2009, Santa Maria da Feira já era o concelho do País com maior número de Unidades de Saúde Familiar. Realçou que a preocupação de Emídio Sousa com a Saúde não é de agora, que tão-pouco é de modas ou de agendas eleitorais, reforçando que essa preocupação foi demonstrada desde os primeiros momentos em que assumiu o cargo de vereador da Câmara Municipal, altura em que foram



definidas estratégias e trilhados caminhos. Referiu que, contudo, o Governo socialista, que deixou o País nas mãos da troika, fez com que estes projetos tivessem de marcar passo, mas que não foram esquecidos pelo executivo camarário, tendo somente sido adiados. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse que, no que concerne à Saúde, os executivos da Câmara têm constituído sempre parte da solução e nunca parte do problema, substituindo-se, grande parte das vezes, à tutela, acrescentando que foi parte da solução quando, por exemplo, assumiu a obra da primeira unidade de saúde familiar no concelho, que foi edificada em Argoncilhe, que foi parte da solução quando adquiriu o imóvel para garantir o alargamento do Hospital de São Sebastião, para a promoção da unidade de saúde mental, que é parte da solução quando coloca à disposição dos feirenses uma unidade de vacinação Covid que constitui um exemplo nacional, que é parte da solução quando consegue encontrar unidades de retaguarda Covid, que é parte da solução quando adquire terrenos para a instalação das diversas unidades de saúde. -----

Referiu que com o início da construção da unidade de saúde de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros e com os processos em fase avançada das futuras unidades de Milheirós de Poiares e de Canedo, Santa Maria da Feira é o único concelho do norte do País com três unidades na atual vaga de investimento no âmbito da Saúde. -----

Disse que, por último, recordava o projeto de saúde preventiva do Município que está a ser desenvolvido por médicos da Universidade do Minho e da Universidade do Porto, realçando que esse é um projeto inovador em que o lema será cuidar da saúde antes de estar doente, com uma monitorização contínua dos parâmetros médicos dos feirenses. -----

Salientou que, portanto, comprova-se que o Município tem, já há vários anos, uma estratégia definida para a área da Saúde, e muito bem definida, mas que coisa diferente se vê do Governo, pois não se vê dele qualquer estratégia concreta para a área de Saúde, mas sim, e por questões



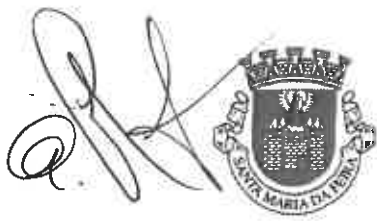
meramente ideológicas, vê-se o Governo a terminar com as PPP nos hospitais melhor geridos do país, como é o caso do Hospital de Braga e como se prepara para fazer no Hospital Beatriz Ângelo, em Loures. -----
Referiu que Santa Maria da Feira não precisa, felizmente, das comissões municipais que o PS não consegue comprovar a sua necessidade, acrescentando que, havendo vontade política do Governo, a Câmara sabe muito bem qual a sua estratégia e o investimento a fazer na área da Saúde dos feirenses, pelo que, pelo exposto, o grupo municipal do PSD não iria acompanhar esta recomendação. -----

Terminada a intervenção do membro Rui Ribeiro, o membro **João Vidal** (CDU) pediu a palavra para defesa da honra, tendo esta lhe sido negada pelo **Sr. Presidente da Assembleia** que alegou o esgotamento do tempo do Período de Antes da Ordem do Dia e por não considerar haver ataque à honra, tendo o membro **João Vidal** referido que é a CDU que define o que é ou não ataque à sua honra. -----

O membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) solicitou à Mesa uma alteração ao texto da recomendação por si apresentada sobre as Bengalas Brancas, no sentido de retirar do texto da mesma as referências às bengalas verdes – o que teve a aceitação da Mesa. -----

Por conseguinte, no parágrafo onde se lia: “Assim, a bengala branca, é utilizada por pessoas invisuais (com perda total da visão), a verde, para pessoas amblíopes e a vermelha e branca (...)”, deve ler-se: “Assim, a bengala branca, é utilizada por pessoas invisuais (com perda total da visão), e a vermelha e branca (...)”. -----

Fica também alterado o parágrafo onde se lia: “Um dos objetivos desta proposta, é dotar os munícipes com a informação, de forma que possam, através da cor das bengalas, identificar as pessoas amblíopes (Bengala Verde), as pessoas invisuais (Bengala Branca) e as pessoas surdo-cegas



(Bengalas Vermelha e Branca)”, passando o mesmo a ter a seguinte redação: “Um dos objetivos desta proposta, é dotar os munícipes com a informação, de forma que possam, através da cor das bengalas, identificar as pessoas invisuais (Bengala Branca) e as pessoas surdo-cegas (Bengalas Vermelha e Branca)”. -----

Posto isto, e após verificar que o Sr. Presidente da Câmara não pretendeu usar da palavra em relação aos documentos em apreço, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os mesmos a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Recomendação “Conselho Económico e Social de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IL), 33 votos contra (PSD:31, CH, CDU) e 1 abstenção (IND), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **João Vidal** (CDU) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

- *Recomendação “Estratégia Municipal de Saúde”, apresentada pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IND), 33 votos contra (PSD:31, CH, CDU) e 1 abstenção (IL), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. ---

- *Voto de Congratulação (a respeito do CHEDV), apresentado pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de congratulação em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado



nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Voto de Solidariedade “Manifestação de Solidariedade para com a Ucrânia e Condenação pelos atos de violência praticados pela Rússia”, apresentado pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 voto contra (CDU), aprovar o voto de solidariedade em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção “Dia Internacional das Mulheres”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (IL), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

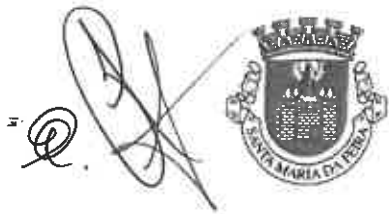
- *Moção “Atribuição automática da Tarifa Social da Água”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:16, BE, IND), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, CDU), reprovou a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

- *Recomendação “Pela Regionalização”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (BE, IL, CDU, IND), 33 votos contra (PSD:31, CDS-PP, CH) e 16 abstenções (PS),



reprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

- *Recomendação “Bengalas Brancas (ou Bengalas Longas)”, apresentada pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD:31, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 16 abstenções (PS), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Voto de Louvor (a respeito da Natação Adaptada), apresentado pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de louvor em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Moção “Por um serviço de água e saneamento ao serviço dos Feirenses”, apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDU, IND), 31 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, CH), reprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Susana Correia** (PS) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----



- *Voto de Saudação “Às Mulheres Feirenses”, apresentado pela CDU:-----*
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *“Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa”, apresentado pela CDU:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE, CDU) e 51 votos contra (PSD:31, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND), reprovou o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **João Cunha** (PSD) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

O membro **Susana Correia** (PS) solicitou que fosse considerada como declaração de voto do grupo municipal do PS a intervenção feita pelo membro Marco Jesus. -----

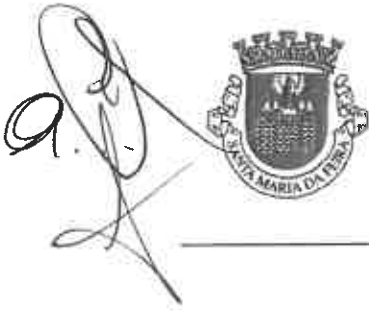
O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

O membro **Manuel Melo** (IND) – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, fez a seguinte declaração de voto: -----

“Não há nada que justifique esta intervenção horrorosa. Ouvei uma criança, uma menina muito jovem, muito pequenina, toda dobradinha, a pedir para não morrer e o fim desta guerra. Não há nada que justifique isto.” -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O Bloco de Esquerda vota favoravelmente esta proposta. Considerando que apesar de a proposta da CDU omitir de forma inexplicável a agressão levada a cabo pela Rússia à soberania ucraniana e ao povo ucraniano, o conteúdo da proposta reflete um apelo à paz e ao cessar-fogo ao qual o Bloco de Esquerda não pode deixar de se associar.” -----



– Moção “Condenar o ato de violência e agressão perpetrados pela Rússia na Ucrânia e o voto de Solidariedade com o Povo Ucrainiano”, apresentada pelo PSD:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 voto contra (CDU), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que, em nome da Mesa, congratula-se pelas moções apresentadas de repúdio ao ato de violência perpetrado pela Rússia contra a Ucrânia, manifestando a Mesa um voto de solidariedade para com o povo ucraniano e uma condenação veemente ao ataque bárbaro, injustificado e inadmissível da Rússia perante um povo e perante um país independente.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, dado já ter sido ultrapassado o tempo regimental estabelecido para o mesmo, sugerindo, aos membros que ainda queriam intervir neste Período para colocar questões à Câmara, que fizessem veicular essas mesmas questões, por escrito, pela Mesa da Assembleia, que as reencaminhará a quem de direito.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Atas:-----

- **Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 6 de dezembro de 2021**-----

- **Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2021**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas reuniões não poderiam participar na votação das respetivas atas.-----

- **Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 6 de dezembro de 2021:**-----



A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros António Perestrelo Lima, João Paulo Vidal e Alberto Tavares.-----

- Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2021:-----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que, na pág. 105 da ata em referência, onde, na sua declaração de voto, diz "...é uma obsessão de viabilização da atividade empresarial", seja corrigido para "...é uma obsessão de diabolização da atividade empresarial", ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que o original da ata seria corrigido em conformidade com o solicitado.-----

Posto isto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros António Perestrelo Lima, João Paulo Vidal, Rosa Maria Silva e António Valdemar Ribeiro. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.210, em 18 de fevereiro de 2022) que anexa o I Relatório de 2022 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal –, fazendo notar que o documento em questão é presente à Assembleia para conhecimento.-----



Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que questionou como é que é possível, considerando a falta de habitação existente no Concelho, a degradação das habitações sociais e a falta de concretização de obras planeadas e prometidas, não se ter executado a totalidade do orçamento para a habitação. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse ter reparado que o tempo médio de pagamentos da Câmara Municipal passou de 4 para 11 dias. Referiu que, apesar desse indicador ser muito favorável, queria perguntar se essa quase triplicação do tempo médio de pagamento se deveu a alguma situação mais conjuntural ou se há um outro fator que o justifique. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a sua questão tem a ver com a listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, onde estão inscritos mais de 35 milhões de euros. Questionou qual a percentagem desse valor que diz respeito a ajustes diretos, recordando que, na última sessão desta Assembleia, colocou esta mesma questão e o Sr. Presidente da Câmara assumiu o compromisso de lhe fazer chegar esta informação, mas que tal não aconteceu, pelo que voltava a solicitar essa informação. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer, quanto à questão colocada pelo membro João Vidal sobre a falta de investimento na habitação, que a Estratégia Local de Habitação do Município foi aprovada no final de 2020 e que o Município assinou um contrato com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o qual financiará em 8 milhões de euros a execução da referida Estratégia. Salientou que não há falta de investimento, que há uma estratégia de habitação que está a ser implementada com muitas dificuldades,



comentando que não basta a vontade férrea de dar as respostas mais adequadas porque, como sabe quem conhece o modelo de funcionamento da administração pública, entre a vontade e a efetiva concretização há um hiato de tempo, que pode superar 1 ou 2 anos, porque o processo começa com a aquisição de terrenos ou com a aquisição de habitação, depois é preciso fazer o caderno de encargos, lançar o concurso público para, então, e desde que haja empreiteiro, se executar a respetiva obra. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Carlos Martins explicou que a razão para o prazo de pagamento ter passado para 11 dias é conjuntural, realçando que o objetivo da Câmara foi sempre o de ter um prazo de pagamento inferior a 30 dias. Referiu que esse prazo vai variando, mais semana, menos semana, por vezes devido a situações conjunturais, reforçando que a meta é que o pagamento seja sempre feito num prazo inferior a 30 dias e que isso tem sido cumprido ao longo dos últimos anos. -

Em relação à questão colocada pelo membro Tiago Paiva sobre a percentagem dos ajustes diretos, disse que iria pedir essa informação aos serviços financeiros da Câmara, mas que pode dizer que a regra é o concurso público e que os ajustes diretos representam uma quantia reduzida. Deu ainda nota que, por vezes, usa-se o fantasma do ajuste direto, parecendo, aos olhos da opinião pública menos informada, que o ajuste direto é entregar uma obra ou fazer a aquisição de um serviço a qualquer pessoa, esclarecendo que a regra usada pela Câmara, mesmo nos ajustes diretos, é consultar um mínimo de 3 empresas e fazer a aquisição àquela que apresentar as melhores condições, frisando que o procedimento por ajuste direto tem regras e que a Câmara cumpre-as à risca. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência.-----



3 – Alteração Orçamental Modificativa -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. - O membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) fez a intervenção que, de seguida, se passa a citar: -----

“O Município de Santa Maria da Feira tem carências estruturais que estão sinalizadas e reconhecidas por todos. -----

Nos últimos anos, ou nos últimos meses, temos assistido a um apresentar de projetos por parte do Executivo que visam a solução para os problemas estruturais do nosso Município. -----

Temos um orçamento municipal com mais de 100 milhões de euros para o ano 2022. É de lamentar que o Sr. Presidente não tenha a coragem, de uma vez por todas, resolver as graves falhas estruturais do nosso concelho. Um exemplo, a mobilidade na zona da Cruz. O Executivo justifica que a solução para este problema está encontrada, mas continuamos a aguardar que seja o Poder Central a custear esse projeto. No entanto, sacrifica-se o desenvolvimento e o bem-estar de uma comunidade durante décadas. -----

Este é um dos exemplos de projetos que, ao longo de muitos anos, nunca se concretizam. -----

Está na hora de Santa Maria da Feira começar a ter uma visão progressista do nosso território e não estar pendente de agendas e de sustentabilidade política. Precisamos de pessoas que tenham coragem de executar os projetos que forem necessários para o desenvolvimento sustentado do nosso território, e, depois de sinalizados e depois de saber qual é a solução, não estarmos agarrados a pequenas artimanhas, no fundo, a esperar que outros paguem.” – Fim de citação.-----



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que, para o BE, a alteração orçamental modificativa em discussão continua a refletir um baixo investimento não só no serviço público como também, por exemplo, na rede coletiva dos transportes e nos apoios sociais. -----

Referiu que um tema que também é muito caro ao BE é o da política de habitação, dizendo que é preocupante o investimento previsto no plano plurianual de investimento para o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, pois fica muito aquém dos 11,5 milhões de euros previstos na Estratégia Local de Habitação. Disse que, entendendo que o financiamento atribuído pelo IHRU já está identificado, parece fundamental ao BE que os documentos orientadores da política de investimento local reflitam uma visão única e integrada destas mesmas políticas, não fazendo sentido continuar a ter uma Estratégia Local de Habitação onde o investimento que é previsto não está plasmado no plano plurianual de investimentos. -----

Concluindo realçou que, sendo a Estratégia Local de Habitação um instrumento fundamental para orientar a política na resposta às mais de 1700 pessoas com processo de procura habitacional reportados no Município, parece-lhe óbvio que o reforço orçamental para a concretização de soluções habitacionais assumidas nessa Estratégia Local não só é fundamental como também é urgente. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que, como teve oportunidade de mencionar na primeira sessão da Assembleia em que a IL participou enquanto partido, um dos valores que mais pauta na governação municipal é o da transparência, comentando que transparência não é apenas saber se as obras foram feitas por ajuste direto ou por concurso público, ou qual foi o modelo de contratação, mas é, acima de tudo, os munícipes e os seus representantes terem acesso a informação detalhada e eficaz, numa perspetiva de compreenderem qual é a aplicação



do dinheiro dos contribuintes. -----

Disse que o ponto em apreço é instruído por um documento de caráter meramente financeiro e técnico, que resulta da incorporação do saldo de gerência de 2021, mas que se está a falar de mais de 50 milhões de euros que são reaplicados no orçamento municipal, pelo que era saudável que existisse um documento a informar quais as opções políticas e quais os projetos concretos onde se pretende investir porque, na prática, se trata de uma segunda versão do plano e orçamento. -----

Concluindo disse que, sem por em causa a operação técnica em si, pedia que, nas próximas situações, conste dos documentos essa apresentação mais detalhada daquilo que são as opções políticas que resultam da aplicação dos respetivos recursos. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão colocada pelo membro Ângelo Santos sobre a requalificação do nó da Cruz. Referiu que aquela obra é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e que a Câmara tem tentado, por todos os meios, que a mesma seja incluída no Orçamento de Estado, dando nota que foi dado um passo significativo, tornado público há dias, pois a Câmara conseguiu fazer um acordo com a Infraestruturas de Portugal e vai avançar com a elaboração do projeto de execução, que se estima vá custar cerca de meio milhão de euros. -----

Disse que esta despesa não seria da responsabilidade do Município, mas que, face à inércia do Estado Central e à falência financeira da Infraestruturas de Portugal, a Câmara entendeu avançar com este investimento para, no futuro, eventualmente se candidatar a fundos comunitários para fazer a obra. Realçou que, portanto, a visão progressista do membro Ângelo Santos para o território está, há muito, vista pelo Executivo, acrescentando que esta nem é uma visão progressista, mas sim a visão de uma necessidade do território. -----



Em relação à questão colocada pelo membro Tiago Paiva sobre o investimento na habitação e sobre a implementação da Estratégia Local de Habitação, disse que o Município vai implementá-la e que os montantes de investimento estão claramente definidos, acrescentando que, ao longo do ano, dependendo da capacidade que exista para se adquirir ou investir, ou até para contratualizar obras, serão feitas as adaptações necessárias no orçamento municipal. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Carlos Martins, de que devia haver uma explicação das alterações propostas, referiu que, aquando da apresentação do Orçamento, essa referência foi feita nalguns casos, até alertados por alguns elementos da Oposição, altura em que foi informado que havia rubricas claramente suborçamentadas que seriam reforçadas. --- Disse que, no entanto, a devida explicação será dada em situações futuras, principalmente nos casos em que as verbas são mais relevantes, dando nota que, muitas vezes, para se conseguir acomodar no orçamento e cumprir com as regras, antes da incorporação do saldo, usa-se a técnica de abrir a rúbrica, por exemplo com 500 euros, e depois, logo que possível, fazer o reforço da rubrica com a verba necessária. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:31, IND, PS:1 – Rui Alves Rios), 1 voto contra (BE) e 19 abstenções (PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 1.^a alteração orçamental modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

4 – Reorganização dos Serviços Municipais de Santa Maria da Feira - Regulamento Orgânico-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que, ao analisar o documento em apreço relativo à reorganização dos serviços municipais, a leitura que a IL faz é que, mais do que ser um modelo de gestão que permita maior eficiência e eficácia, é uma reorganização que está a ser ajustada ao perfil dos vereadores, e não vice-versa, parecendo que há um primado do político face ao técnico, na função que é técnica de gestão municipal.-----

Referiu que o Desporto, por exemplo, saiu da área de relação com a Cultura, Educação e Juventude, o que fazia todo o sentido, comentando que não percebe qual a razão para que o Desporto não esteja no mesmo universo da Cultura, Educação e Juventude e fique a cargo de um vereador de outro departamento, salientando que é uma decisão que, do ponto de vista técnico, é-lhe difícil de compreender.-----

Disse que outro exemplo é que se do ponto de vista político, conforme diz o Sr. Presidente da Câmara e com o qual a IL concorda, é tão importante a dimensão do Desenvolvimento Económico, depois não se revê uma função técnica que suporte essa importância, não havendo um departamento dedicado e não tendo o mesmo peso hierárquico que têm outras funções do Município. Realçou que, assim sendo, parece-lhe haver um certo desajustamento entre aquilo que é a função técnica e aquilo que são as opções de boa governação.-----

Questionou também porque é que o Turismo não está na área da Economia, sendo o Turismo um setor importante da Economia, a nível nacional e concelhio, pelo que pergunta porque é que não está associado aos serviços de desenvolvimento económico do Concelho.-----



Disse serem questões que, à IL, parecem gerar ainda alguma incoerência em relação àquilo que é a estruturação dos serviços técnicos do Município. Salientou que, por outro lado, concorda perfeitamente que a Cultura e a Educação estejam associadas, que lhe parece de muito bom senso que assim seja porque são funções que têm enormes sinergias e que devem estar aproximadas. -----

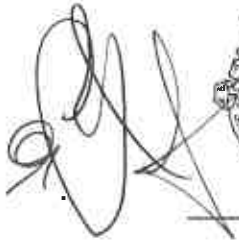
Concluindo, disse que aproveitava esta intervenção para fazer uma questão em relação ao Mapa de Pessoal, perguntando quantos novos lugares são criados na estrutura municipal e quanto é que isso significa em termos de despesa anual fixa. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que, no âmbito do ponto em apreço e também do quadro de pessoal, o grupo municipal do PS já tinha solicitado ao Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia, uma informação mais completa sobre os postos previsionais previstos no quadro de pessoal, salientando que, apesar do Sr. Presidente da Câmara ter dito que faria chegar essa informação, o grupo municipal do PS ainda não obteve essa resposta. -----

Referiu que esta organização dos serviços é, efetivamente, do Executivo, pelo que aquilo que espera é que o mesmo encontre o mais eficaz e justo organigrama para a eficiência dos serviços municipais. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, salvaguardando e sublinhando o proferido pelo membro Carlos Martins, também gostava de fazer refletir o Executivo para a forma como tem organizado os serviços de apoio à Saúde e ao Desporto, os quais devem estar numa transversalidade com vista à prevenção que o Executivo diz apostar. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse ter notado a passagem de 7 para 50 comissões de serviço, pelo que gostaria de ouvir alguma explicação sobre o porquê deste aumento significativo do número de



chefias. -----
Referiu que também deu conta da inclusão de 4 postos de trabalho para os serviços de fiscalização, questionando quantos destes postos de trabalho estão afetos à fiscalização de crimes ambientais, de acordo com o compromisso que foi assumido pelo Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal. Salientou que os cursos de água do Concelho são constantemente alvo de atividade criminosa, com descargas poluentes, pelo que é fundamental que o Município dê uma resposta efetiva a este problema. -----

Realçou que, a verificar-se que estes 4 postos de trabalho, ou uma parte deles, estarão afetos à fiscalização desses crimes ambientais, é de salutar que, depois de tantos anos de medidas negligentes por parte do Executivo, o mesmo reconheça finalmente a gravidade destes atos ambientais e que fala refletir isso no mapa de pessoal da Câmara Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por perguntar, no âmbito da reorganização dos serviços municipais, se a alteração estruturante ao quadro de pessoal que está a ser realizada espelha as reais necessidades do Município. -----

Referiu que também gostaria de saber se os muitos lugares de chefia criados não estão já previamente entregues, questionando como é que o Município vai atuar para promover uma real transparência no procedimento concursal, para evitar suspeitas de clientelismo. -----

Concluindo, questionou se não existirão outras áreas que mereciam ser contempladas nesta reorganização, como já mencionado por outros membros desta Assembleia. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer, referindo-se à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, que não há primado do político face ao técnico,



comentando que, obviamente, há uma direção política do Executivo e, como tal, qualquer chefia ou dirigente está subordinado ao vereador que tem competências na respetiva área. -----

Quanto à questão de manter o Desporto junto à Educação, Cultura e Juventude, disse que essa é sempre uma hipótese interessante, mas que, dada a dimensão do pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, até com a transferência de competências que é pública e que vai ocorrer a partir de abril próximo, entendeu-se que seria mais prudente autonomizar o Desporto, até para não sobrecarregar em demasia o vereador que tem a tutela das áreas atrás referidas. -----

Sobre a questão de o desenvolvimento económico não estar plasmado numa chefia ou num dirigente de nível superior, informou que existe o gabinete de desenvolvimento económico e que este é o pelouro que mais importância tem na Câmara Municipal porque é diretamente tutelado pelo Presidente da Câmara, o qual é, em regra, o anfitrião das intenções de investimento junto de todas as áreas relacionadas com o tecido empresarial. Disse preferir concentrar nele próprio as questões do desenvolvimento económico, tendo uma adjunta especificamente dedicada a esta função, acrescentando que, desde há alguns anos, tem sido feito um trabalho muito importante no território, que é visível a qualquer um, na captação de investimento, quer nacional como internacional.-----

Realçou que, atualmente, o Concelho está num novo patamar de captação de investimento de valor acrescentado, essencialmente na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), assim como na área da Saúde, comentando que, como entende que ser o Presidente da Câmara o interlocutor direto é um fator muito forte na competitividade pela atração de investimento, prefere ser ele próprio a coordenar todo o trabalho de captação de investimento e o trabalho da promoção nacional e internacional do território, tendo nomeado uma adjunta, que é economista, para o ajudar nesta tarefa. Realçou que, portanto, diria que o



desenvolvimento económico é, talvez, o pelouro que tem o mais alto cargo de responsabilidade na Câmara Municipal, que é ele próprio, enquanto Presidente da Câmara. -----

O membro **Carlos Martins** fez o aparte dizendo que, então, confirma-se a mistura do político e do técnico, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** retorquiu dizendo que assim é, que também é técnico e que mal do político que não tiver algumas competências técnicas, acrescentando que não é por acaso que o eleitor tem de considerar sempre as competências técnicas do político, pois, se assim não for, as coisas vão acabar do modo que se sabe. -

Sobre o facto de o Turismo poder estar associado à Economia disse que é verdade, que talvez devesse estar associado, salientando que, contudo, existe uma interação permanente entre o Executivo Permanente, que reúne com muita frequência para tratar destas matérias que são muito transversais. Disse que seria um erro pensar que os pelouros podem funcionar como uma ilha, de modo isolado, frisando que há todo um trabalho feito em conjunto, em que os vereadores participam até na discussão e nos planos dos outros pelouros, pois o Executivo Permanente considera que o trabalho em equipa acrescenta muito valor.-----

Em relação ao número de lugares criados disse não ter em mente o número exato, mas que essa informação consta dos documentos disponibilizados, explicando que os lugares criados são uma previsão e que não significa que vão ser ocupados de imediato.-----

Disse poder estar-se a falar de um aumento da despesa na casa dos 2 milhões de euros, acrescentando que também alguns funcionários irão reformar-se, e outros já se reformaram, e que isso representa, muitas vezes, uma diminuição de despesa porque o funcionário em idade de reforma já se encontra, em muitos casos, no escalão máximo da respetiva carreira, pelo que têm salários que podem significar dois salários, ou até mais, de um novo quadro. Salientou que, no balanço, haverá algum aumento de despesa porque o Município vai receber competências para as



quais não estava pronto, nem tinha de estar, que significa um claro aumento de despesa, comentando que, no que diz respeito às tarefas habituais, diria que as coisas até ficam muito equilibradas. -----
Referiu que a deputada municipal Susana Correia também falou no número de lugares criados, repetindo que consta do documento disponibilizado todos os lugares existentes e os lugares a criar. -----
Sobre a referência feita pelo membro Tiago Paiva de que as comissões de serviço passaram de 7 para 50, disse julgar que existe aí algum equívoco, dando nota que, apesar de não saber exatamente o número de dirigentes em comissão de serviço, são mais do que 7, pelo que, portanto, há algum equívoco. -----
Em relação à questão feita pelo membro Miguel Branco, se a alteração espelha as reais necessidades dos serviços do Município, disse ser essa a perceção do Executivo Permanente, que é quem faz a gestão do dia a dia do Município. Referiu que este é um trabalho feito em articulação com os diferentes serviços, com os dirigentes do município, que apresentam a apreciação das necessidades, das competências, a descrição de funções, e, a partir daí, é feita toda uma negociação entre a real necessidade e a perceção existente. Disse que, apesar de parecer ao Executivo que a alteração espelha a real necessidade, isso não quer dizer que, daqui por uns meses, não possa haver alguma alteração, por algum fator superveniente que não se esteja agora a ver, ou até alguma correção que possa acontecer, fazendo notar que estes são processos muito dinâmicos. --
Sobre a questão se as chefias já estão entregues, respondeu que algumas estarão e outras não, comentando que há chefias que, pelo seu bom desempenho, serão naturalmente reconduzidas. Explicou que todas as chefias são avaliadas no final do período de avaliação, altura em que têm de apresentar um relatório e, caso seja considerado que certa chefia não tem condições para continuar no cargo, não continua, acrescentando que já ocorreram várias situações de não renovação de comissões de serviço e



9. feita a abertura a candidaturas para os respetivos lugares. -----
Referiu que a Câmara tem excelentes dirigentes, que não são todos, tal como em todas as organizações, comentando que há muito bons, há bons e menos bons, e que nos lugares de dirigente isso também acontece. Realçou que os lugares de dirigentes são, em regra, ocupados por bons funcionários porque já há um processo de seleção que leva, quase sempre, à escolha dos melhores, embora isso não queira dizer que, por vezes, não se falhe. Disse que a intenção é que os cargos de dirigente sejam ocupados pelos melhores, por quem tem mais competências e capacidades, dando nota que vai haver muita abertura e que espera que os funcionários da Câmara concorram e vençam, lembrando que os lugares também estarão abertos à concorrência externa. -----

Concluindo a sua intervenção recordou que tais lugares não têm de ser ocupados por funcionários da Câmara, apesar de considerar que, por uma questão de justiça e até de consideração pela carreira dos funcionários, se for um funcionário interno a ocupar esse lugar é sempre melhor, mas que poderá haver casos em que apareça alguém melhor qualificado que não do quadro da Câmara. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) pediu a palavra para uma breve intervenção, o que lhe foi concedido, começando por dizer que a questão que levantou na sua anterior intervenção, relativa à passagem de 7 para 50 comissões de serviço, não foi um equívoco, salientando que na tabela sumária do mapa de pessoal apresentada na sessão da Assembleia de 28 de dezembro último constava, no respeitante às comissões de serviço, um total de 7 postos previstos e 29 postos ocupados, e, na alteração presente na sessão de hoje, o total de postos previstos passa para 50 e o total de postos ocupados passa para 22. -----

Disse que, portanto, a questão que levantou de passar de 7 para 50 o total de postos previstos nas comissões de serviço não se deveu a nenhum



equivoco porque essa é, de facto, a informação que consta nos documentos a que aludiu. -----

Interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, relativamente à dúvida colocada pelo membro Tiago Paiva, esclareceu que os 7 lugares que estavam na alteração ao mapa de pessoal presente na sessão realizada em dezembro último diziam respeito tão só a lugares que estavam criados no mapa para dirigentes, mas que não estavam ocupados, e que, na presente alteração, o total de postos previstos relativos às comissões de serviço passa para 50 porque, de facto, foram aumentadas as unidades, acrescentando que algumas chefias, pelas alterações que se verificam, vão deixar de estar em funções, pelo que são 50 os lugares de dirigentes que estarão livres e em concurso. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD:31, IND) e 21 abstenções (PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a seguinte moldura organizacional:-----

- Modelo de estrutura orgânica - Estrutura Hierarquizada;-----

- 8 (oito) Unidades orgânicas nucleares, designadamente:-----

1. Departamento Administrativo e Financeiro, coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência e assegurar o apoio técnico, administrativo e financeiro, às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do município, e executar as políticas e estratégias dos recursos humanos, definidas pelo Executivo Municipal, racionalizando e otimizando todos os meios envolvidos, com a conseqüente dinamização e valorização de todos os recursos disponíveis, ao serviço da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no respeito pelas disposições legais aplicáveis.-----

2. Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frota,



coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, assegurando as atividades relativas à execução de obras levadas a cabo pelo Município, normalmente sob o regime de administração direta, associadas à conservação e manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, a gestão do espaço e do edifício que compõe o Estaleiro Municipal e a gestão de toda a frota municipal. -----

3. Departamento de Obras Municipais, coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, bem como executar atividades concernentes e assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, coordenando a elaboração de estudos e projetos, executados internamente ou contratados exteriormente, e coordenando a execução das diversas empreitadas do Município, assegurando a adequada gestão dos contratos, nomeadamente garantindo a qualidade, o planeamento e a execução financeira das empreitadas, bem como a coordenação de segurança em obra. -----

4. Departamento de Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, competindo-lhe coordenar as unidades orgânicas da sua dependência; assegurando a gestão dos processos urbanísticos, designadamente a instrução e análise técnico-administrativa de apoio à decisão; assegurando a gestão de processos de queixas, contraordenação e de embargo, nomeadamente a análise técnico-administrativa de apoio à decisão e por forma a repor a legalidade, assegurando a fiscalização e acompanhamento da execução das obras referentes às operações urbanísticas; assegurando a elaboração, revisão ou adequação dos Instrumentos de Gestão Territorial, da Política Municipal de Reabilitação e Sustentabilidade Urbana, estudos de enquadramento paisagístico e urbanístico, designadamente Plano Diretor Municipal, Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor, Áreas/Operações de Reabilitação Urbana; assegurando a elaboração e implementação de estratégias e políticas de mobilidade, transportes e acessibilidades; assegurando o acompanhamento e realização de vistorias



no âmbito dos eventos culturais do município, designadamente, Viagem Medieval, Imaginarius, Perlim, etc.; assegurando a gestão de aquisição de informação geográfica, realização de levantamentos topográficos, estudos de alinhamentos, levantamentos cadastrais; assegurando a permanente atualização e disponibilização de informação geográfica aos munícipes e serviços do município; assegurando a permanente colaboração com as restantes Unidades Orgânicas do Município de Santa Maria da Feira. -----

5. Departamento de Cultura, Educação, Juventude e Turismo, coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, definir a missão, metas e diretrizes das mesmas, assegurando o respetivo cumprimento das suas atribuições, bem como o seu alinhamento com a estratégia de atuação definida pelos órgãos municipais competentes; garantir a harmonização dos Sistemas de Gestão de Qualidade das diferentes unidades orgânicas, sob a sua dependência e garantir a implementação da descentralização de competências na área da educação e da cultura. -----

6. Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação, coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, dispondo, para tal, das competências, em geral, definidas para as respetivas unidades orgânicas e o exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município. -----

7. Departamento Jurídico, Departamento Jurídico, competindo-lhe coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, bem como a assessoria jurídica a todos os serviços do Município, promovendo o suporte jurídico e a legalidade da atuação do Município, colaborar na elaboração de projetos de regulamentos municipais, garantir o patrocínio judiciário nas ações propostas pelo Município ou contra ele, instruir os pedidos de declaração de utilidade pública de bens e direitos a expropriar e acompanhar os respetivos processos de expropriação ou de constituição de servidões, instruir, tramitar e propor a decisão nos processos de contraordenação, instruir e acompanhar os procedimentos conducentes à



tomada de medidas de tutela da reposição da legalidade urbanística e, em geral, aqueles que se destinem à reposição coerciva da legalidade. -----

8. Departamento de Tecnologias de Informação, competindo-lhe coordenar a(s) unidade(s) orgânica(s) flexível(s) da sua dependência, bem como os projetos de inovação, abrangendo toda a área de infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação, numa lógica integrada e de articulação com todos os serviços, assegurando uma gestão eficiente de recursos, segurança, e suporte de todos os sistemas. -----

9. n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis 60 (sessenta); -----

10. N.º máximo de subunidades orgânicas 3 (três); -----

11. N.º máximo de equipas de projeto 2 (duas);-----

Deliberou ainda que a presente moldura organizacional entre em vigor a 1 de março de 2022.-----

Deliberou também aprovar o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Deliberou igualmente aprovar a revogação da deliberação datada de 21 de setembro de 2018 da Assembleia Municipal, que aprovou a nova moldura organizacional do Município de Santa Maria da Feira, bem como o respetivo Regulamento Orgânico.-----

Mais deliberou aprovar a revogação da estrutura e organização dos Serviços Municipais, publicada pelo Despacho n.º 10144/2018 no Diário da República, 2.ª série, n.º 210, de 31 de outubro. -----

5 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2022-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -



Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que, com a transferência de competências que vai acontecer a partir de 1 de abril de 2022, haverá um aumento de cerca de 25% dos funcionários do Município, pelo que questionava como está a Câmara a acautelar para que, no final desse mês de abril, consiga pagar estritamente os respetivos salários. -----

O membro **Tiago Paiva** (BE) deu nota que, para efeitos da ata, a intervenção do BE relativa a este ponto foi feita na sua intervenção anterior, respeitante ao ponto n.º 4 da Ordem do Dia. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) disse querer deixar exatamente a mesma nota da mencionada pelo membro Tiago Paiva. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, tendo dito, em relação à questão colocada pelo membro João Vidal, que a Câmara está naturalmente a prever a verba no orçamento municipal para suportar os salários em questão. -----

Referiu que a negociação que tem sido feita com o Governo, no caso com o Ministério da Educação, tem sido dura, salientando que o grande lamento dos municípios, que partilha, prende-se com a questão de que, no processo de descentralização com o qual todos concordam, o Governo tem sido muito pouco correto nas verbas a afetar aos municípios, pois estão manifestamente abaixo daquilo que é necessário. -----

Disse que um indicador claro da má-fé do negociador central é que os cálculos dos valores a transferir, designadamente para salários, têm como base os valores de 2018, quando já decorreram 4 anos, com as consequentes atualizações salariais que aconteceram neste período. -----

Referiu que existe a plena consciência de que o Estado Central não responde, muitas vezes, em quantidade e em tempo às necessidades do setor, realçando que, por exemplo, muitas vezes se ouve falar na falta de



auxiliares nas escolas, o que corresponde à verdade, mas que, como a resposta demora muito a ser dada em Lisboa, as escolas vão funcionando com menos funcionários. Salientou que, com o Município, isso não vai acontecer porque toda a comunidade educativa vai exigir uma resposta rápida, reforçando que quer acautelar esta questão porque teme que, nestes processos de descentralização de competências, a componente financeira que o Estado Central vai transferir fique sempre aquém. -----
Concluindo, reafirmou que esse é o grande drama dos municípios e que é esse o alerta que os mesmos estão a fazer, todos os dias, para que o Estado Central não condicione nem afogue as finanças dos municípios. -----

Posto isto, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:31, CDU, IND, PS:1 – Valdemar Silva) e 19 abstenções (PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH), aprovar a alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2022 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

6 – Proposta de constituição de Júri para concurso de cargo de dirigente-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 31 votos a favor, 1 voto contra e 21 votos em branco, aprovar a proposta de constituição de júri para recrutamento do cargo de dirigente da Unidade Orgânica – Divisão de Sistemas de Informação composto pelos seguintes membros: Presidente – Vereadora Sónia Marisa Azevedo, 1.º



Vogal – Paulo Ferreira, 2.º Vogal – António Teixeira. -----

7 – Proposta de constituição de Júri para concursos de dirigentes intermédios-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 31 votos a favor, 2 votos contra e 20 votos em branco, aprovar a proposta de constituição de júris para recrutamento dos cargos de dirigente das Unidades Orgânicas, conforme o seguinte quadro: -----

UNIDADE ORGÂNICA	PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE JURI
Departamento de Tecnologias da Informação	V. Sónia Azevedo + António Teixeira + Vítor Bernardino
Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Cristina Rodrigues
Unidade de Desenvolvimento Económico	V. Sónia Azevedo + Santos Costa + Nazaré Martins
Gabinete da Qualidade e Auditoria	V. Sónia Azevedo + Paulo Ferreira + Nazaré Martins
Gabinete Técnico Florestal	V. Vítor Marques + Luís Lino + Adriana Teixeira
Divisão de Apoio aos órgãos Autárquicos	V. Sónia Azevedo + Paulo Ferreira + Nazaré Martins
Gabinete de Taxas e Licenças	Paulo Ferreira + Graça Santos + Nazaré Martins
Gabinete de Gestão de Pessoal	Paulo Ferreira + Nazaré Martins + Andrea Dias
Gabinete de Gestão do Património	Paulo Ferreira + Andrea Dias + Nazaré Martins



Gabinete de Cobranças e Execuções Fiscais	Paulo Ferreira + Andrea Dias + Nazaré Martins
Divisão de Atendimento e Gestão da Informação	V. Sónia Azevedo + Vitor Bernardino + Paulo Ferreira
Unidade de Arquivo Geral Municipal	V. Sónia Azevedo + Etelvina Araújo + Paulo Ferreira
Unidade de Atendimento Municipal	V. Sónia Azevedo + Vitor Bernardino + Paulo Ferreira
Gabinete de Gestão de Financiamentos e Planeamento Estratégico	Paulo Ferreira + Andrea Dias + Nazaré Martins
Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frotas	V. Ana Ozório + Santos Costa + Mário Araújo
Gabinete de Gestão de Ocorrências	Francisco Mota + Álvaro Mota + Paulo Antunes
Unidade de Transito	Francisco Mota + Santos Costa + Paulo Antunes
Gabinete de Parque Escolar	Francisco Mota + Álvaro Mota + Santos Costa
Gabinete de Edifícios e Equipamentos	Francisco Mota + Álvaro Mota + Santos Costa
Gabinete de Edifícios e Habitação	Francisco Mota + Álvaro Mota + Santos Costa
Unidade de Gestão de Frotas e Estaleiro	Francisco Mota + Álvaro Mota + Santos Costa
Gabinete de Arquitetura	Mário Araújo + Pedro Santos + Santos Costa
Gabinete de Engenharia	Mário Araújo + Pedro Santos + Santos Costa
Gabinete de Gestão de Energia e Eficiência Energética	Mário Araújo + Paulo Antunes + Pedro Santos
Gabinete de Coordenação, Segurança Projeto e Obra	Mário Araújo + Paulo Antunes + Pedro Santos
Divisão de Planeamento	V. Ana Ozório + Vitor Bernardino + Alexandrina Meneses
Gabinete de PDM	Vitor Bernardino + Alexandrina Meneses + Filomena Gomes
Gabinete de Mobilidade e Transportes	Vitor Bernardino + Francisco Mota + Monica Marques



Unidade de Sistemas de Informação Geográfica	Vitor Bernardino + Alexandrina Meneses + Ilda Almeida
Gabinete de Fiscalização	Vitor Bernardino + Filomena Gomes + Ilda Almeida
Departamento de Cultura, Educação, Juventude e Turismo	V. Gil Ferreira + Paulo Ferreira + Cristina Rodrigues
Unidade de Administração e Gestão Escolar	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Andreia Santos
Unidade de Planeamento e Gestão de Recursos e Infraestruturas	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Andreia Santos
Unidade de Intervenção Sócio Educativa	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Andreia Santos
Gabinete de Juventude	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Andreia Santos
Divisão de Gestão Cultural	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Andreia Santos
Gabinete de Turismo	V. Gil Ferreira + Etelvina Araújo + Ana José Oliveira
Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação Social	V. Vitor Marques + Santos Costa + Nazaré Martins
Divisão de Desenvolvimento Social	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Nazaré Martins
Divisão de Habitação Municipal	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Nazaré Martins
Gabinete de Promoção de Saúde e Bem-estar	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Joana Mouta
Gabinete de Rede Social e Inovação	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Catarina Ferreira
Gabinete de Intervenção Social e Comunitária	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Catarina Ferreira
Gabinete de Gestão do Património Habitacional	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Cláudia Leite
Gabinete de Promoção e Manutenção da Habitação	V. Vitor Marques + Manuela Coelho + Cláudia Leite
Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos	V. Mário Jorge + Santos Costa + Luís Lino



8 – Designação de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, dado que o Sr. Presidente da Câmara lhe comunicou que não participaria na discussão deste assunto por exercer funções na empresa municipal Feira Viva, como Presidente do Conselho de Administração, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, Amadeu Albergaria, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que disse que a questão que tinha a colocar vem no seguimento do proferido pelo Sr. Presidente da Câmara quando transmitiu a esta Assembleia que, nos ajustes diretos, a regra é consultar, no mínimo, três empresas. Disse que, assim, questionava se também foram consultadas três entidades para a escolha do Fiscal Único que é proposto.-----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que, em resposta, disse pensar que a escolha do fiscal único em questão vem na sequência da colaboração que o mesmo tem prestado à empresa municipal Feira Viva nos últimos anos, comentando que julgava não estar a dar uma informação errada.-----

A deputada municipal **Susana Correia** referiu que, não tendo sido consultadas mais empresas, então existe uma incoerência com o que disse o Sr. Presidente da Câmara durante esta sessão, ao que o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que são realidades diferentes, que uma é a realidade da Câmara Municipal e outra é a realidade e o enquadramento jurídico das empresas municipais.-----

A deputada municipal **Susana Correia** questionou se o mesmo se passa



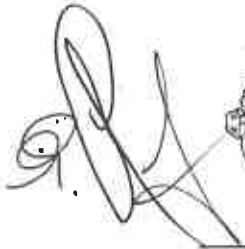
com a empresa municipal Sociedade de Turismo, onde a Câmara tem a maior participação, ao que o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** salientou que, neste ponto, está em discussão a designação do Fiscal Único da empresa municipal Feira Viva.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:31, IL, CDU, IND) e 19 abstenções (PS:16, BE, CDS-PP, CH), designar, sob proposta da Câmara, para o quadriénio em curso (2022 a 2025), como fiscal único da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., “Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC”, sociedade de revisores oficiais de contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 83, contribuinte n.º 502584548, com sede na Rua Dr. Sá Carneiro, n.º 113, 3700-255 S. João da Madeira, representada por Ângelo Manuel de Oliveira Couto, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 590, bem como designar, como fiscal único suplente, Dulce Amália Teixeira Gomes, Revisora Oficial de Contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1567, contribuinte 198280432, com domicílio profissional na Rua 25 de Abril, 2583, 1.º, 4415-079 Carvalhos.-----

9 - Designação de Fiscal Único da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M., S.A.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a



votação. -----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:31, IL, CDU, IND) e 19 abstenções (PS:16, BE, CDS-PP, CH), designar, sob proposta da Câmara, como fiscal único da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, S.A, para o quadriénio em curso (2022 a 2025), a sociedade de revisores oficiais de contas “António Magalhães & Carlos Santos – SROC”, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53, registada na CMVM sob o n.º 20161396, pessoa coletiva n.º 502138394, representada pelo seu Administrador Dr. António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179), registado na CMVM sob o n.º 20160038, com domicílio profissional na Rua do Campo Alegre, 606 – 2.º salas 201/203 – 4150-171 Porto. -----

10 – Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que o BE é contra o princípio da transferência de competências para a autarquia porque, em primeiro lugar, e tal como reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara, a transferência em questão não vem acompanhada do financiamento adequado para que o serviço possa ser prestado nas melhores condições possíveis.-----

Referiu que outra razão para o BE ser contra é porque considera que a transferência tem potencial para criar assimetrias na disponibilização dos respetivos serviços nos diferentes concelhos do País, e, não sendo



acompanhada do financiamento adequado, existe o sério risco de degradação dos serviços, acrescentando que, historicamente, e como é sabido, associado à degradação do serviço vem, muitas vezes, a justificação da possível privatização de alguma componente do serviço. -----

Salientou que, portanto, o BE não só é contra a transferência destas competências como deixa o apelo à Câmara Municipal para que, no exercício da sua liberdade de expressão, se manifeste contra esta obrigatoriedade da transferência de competências para o Município. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a IL defende o princípio da descentralização e, preferencialmente, o da regionalização, mas que entende que o mesmo não deve ser aplicado em Portugal através de transferências avulsas, as quais são mais presentes envenenados do que uma negociação entre estruturas eleitas, na gestão da melhor forma de aplicar política pública em lógica multinível. -----

Referiu que, para além disso, a IL entende que o Município deve juntar-se à Associação Nacional de Municípios Portugueses para tentar garantir que há uma posição dos municípios portugueses que se oponha, de forma clara, à obrigação da transferência de competências que impende sobre os municípios. Salientou que, mesmo que os municípios não queiram, vão ter que levar à força com a transferência de competências, comentando que isso não faz nenhum sentido num Estado democrático, em que os municípios são tão eleitos como o Governo e não têm que levar, como presente envenenado, com aquilo que o Governo não quer. -----

Concluindo, disse que a IL não só está de acordo com a proposta da Câmara como também está disponível para acompanhar a negociação política a uma escala diferente, à escala nacional, reafirmando que aquilo que o Governo pretende fazer não faz nenhum sentido. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que referiu que, ao longo



dos últimos anos, e embora reafirmando a disponibilidade para a transferência de competências, o Município vem demonstrando preocupação e tem feito uma forte pressão, quer na Associação Nacional de Municípios Portugueses quer em todos os fóruns onde está presente, no sentido de dizer que, sendo a favor da descentralização, ela tem de ser feita de uma forma séria, comentando que ainda hoje disse isso mesmo à Sr.^a Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Salientou que o fundo de financiamento da descentralização que o Governo vai criar no Orçamento de Estado não é suficiente, acrescentando que, no seu entendimento, deverá ficar claro na lei que o défice que vai resultar da transferência devia ser assegurado pelo Orçamento de Estado. Disse ter proposto à Sr.^a Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses que fosse criado um centro de custos da descentralização em cada setor a descentralizar, e que devia ficar plasmado na Lei das Finanças Locais uma norma a dizer que o défice que eventualmente resulte para os municípios, da transferência de competências, seja financiado diretamente pelo Estado, para dar um saldo de zero. Realçou que esse centro de custos até deveria indicar quais as rubricas a preencher porque não é só a transferência direta que está envolvida, dando nota que se a Câmara tiver, por exemplo, de contratar mais uma pessoa para os Recursos Humanos, para trabalhar no processamento de salários, terá mais esse acréscimo no custo. -----

Concluindo, disse que todas estas questões deviam ser asseguradas, realçando que a luta que está a ser travada, neste momento, é para que seja instituído um centro de custos para permitir, no final, fazer o acerto de contas. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS: 16, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), sob proposta da Câmara,



que o Município de Santa Maria da Feira não pretende, no ano de 2022, a transferência de competências em matéria de Ação Social prevista no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e que a referida deliberação seja comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais. -----

11 - Protocolo “Município de Santa Maria da Feira e Freguesia de Romariz” -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 31 de janeiro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que o BE apoia a proposta de protocolo apresentada porque considera que a disponibilização de infraestruturas adequadas para a prática desportiva é um dever do Executivo e que muito beneficia a qualidade de vida de quem delas possa usufruir. -----

Disse deixar o repto para que este tipo de protocolo seja implementado em todas as áreas do território onde se verifique a necessidade deste tipo de intervenção. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse que o PS, obviamente, nunca está contra aquilo que é o desenvolvimento das freguesias do Concelho, mas que alerta que, tal como ficou muito patente na reunião de Câmara, apesar de se estar a aprovar algo bastante positivo, está-se também a passar um cheque em branco porque nada se conhece sobre o projeto em questão. -----

Referiu que, na reunião camarária, o Sr. Presidente da Câmara falou em 30, 40 ou 50 mil euros, mas que o Sr. Vereador disse que, inclusive, nem



sequer havia a noção de quanto é que será o valor a investir, comentando que espera que não esteja em causa 500 mil euros ou 3 milhões de euros. Salientou que, contudo, não é essa questão que move o PS, mas sim a questão que reiteradamente tem vindo a insistir, ou seja, que é fundamental criar um regulamento próprio para este tipo de situações, que garanta transparência, justiça e igualdade de oportunidades. -----

Disse que apesar do Sr. Presidente da Câmara afirmar que todas as freguesias têm acesso às mesmas oportunidades, a verdade é que o Município continua a prestar apoios e a realizar protocolos de forma avulsa, e não de forma planeada, atempada e com períodos temporais definidos para que todas as juntas de freguesia possam apresentar os seus pedidos de intervenção. -----

Realçou que ter um programa devidamente organizado é também garantir um motor impulsionador de melhorias profundas porque, assim, todas as freguesias terão conhecimento desse programa, assim como dos respetivos períodos de candidatura, e quererão, obviamente, tirar partido do mesmo. - Concluindo, disse saber que o Sr. Presidente da Câmara lhe irá dizer que não é assim, que o apoio em apreço é um apoio direto à Junta de Freguesia de Romariz porque foi identificado um problema, mas que o PS quer saber que outros problemas é que existem no território e se há, realmente, uma estratégia para garantir que todas as freguesias ficam em igualdade de circunstâncias.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que referiu que a IL está de acordo com a concretização do protocolo e espera a rápida concretização da obra, comentando que espera que se concretize mais rapidamente do que a reabilitação do complexo desportivo em Sanfins. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara invoca a dificuldade financeira das juntas de freguesia, pelo que a IL sugere que o Município transfira mais dinheiro para as juntas de freguesia para que não sejam precisos tantos



protocolos e as mesmas possam ter mais autonomia nos seus investimentos.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse concordar com a realização do protocolo para a melhoria do polidesportivo em Romariz, mas que também queria reafirmar o que disse a Lia Ferreira no sentido de que deve haver uma oportunidade igual para todas as freguesias. Concluindo, questionou se o caso em apreço é um caso avulso ou se é dado o mesmo tratamento a todas as freguesias que apresentem casos semelhantes.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que, naturalmente, é dado o mesmo tratamento a todas as freguesias, acrescentando que a Câmara está a identificar os diferentes espaços de jogos e parques infantis no território que necessitem reabilitação, independentemente da freguesia em que se localizem, e que a Câmara está a reabilitar diretamente aqueles que são da sua propriedade.-----

Referiu que existem muitos polidesportivos espalhados por todo o Concelho, alguns que faz todo o sentido reabilitar, outros não, comentando que, ao longo dos anos, algumas juntas de freguesia foram fazendo alguns investimentos por conta própria, mas, depois, abandonaram esses espaços e, hoje, não têm condições para os reabilitar, reforçando que a Câmara está a fazer este trabalho de reabilitação de uma forma totalmente concertada com as juntas de freguesia. Realçou que qualquer junta de freguesia sabe que a Câmara não faz qualquer distinção porque, para ela, não existem limites territoriais das freguesias, mas sim o território do Município, procurando sempre dar as respostas em conformidade a todas as comunidades.-----

Relativamente aos valores referiu que, neste momento, está em causa a aprovação do protocolo para fazer a reabilitação do polidesportivo e que o



valor final será encontrado pelo projetista que vai fazer o caderno de encargos e o empreiteiro que vai dizer se esse preço serve, ou não. Informou que, em regra, e tal como disse na reunião camarária, estas reabilitações rondam os 40 a 50 mil euros, acrescentando que, com a flutuação de preços que está a haver no mercado da construção, o preço até pode ser muito superior.-----

Disse que cada caso é um caso porque há polidesportivos que estão em condições razoáveis e apenas precisam de uma intervenção pequena, enquanto outros precisam de uma intervenção de fundo porque já houve abatimentos que provocaram fendas muito grandes. -----

Concluindo, reafirmou que cada caso é um caso, que tanto pode custar 20 mil euros como 50 mil euros, realçando que não é o Presidente da Câmara nem é o vereador que define o preço, mas sim a equipa que faz o projeto e a respetiva estimativa de custos, e, depois disso, pelo empreiteiro que apresentar a proposta ganhadora.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS: 16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), autorizar a celebração do protocolo em referência, aprovando a respetiva minuta do protocolo, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

12 - Protocolo de colaboração entre o Município e várias freguesias do Concelho para a requalificação de Espaços de Jogo e Recreio (Parques Infantis) -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -



Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente o protocolo de colaboração em questão, mas que, no entanto, tendo em conta a importância desses espaços para a população de todo o Concelho e da existência, como é referido nos documentos disponibilizados, de uma estratégia municipal de qualificação de diversos espaços públicos, gostaria de saber como é que a Câmara tem estas intervenções planeadas, assim como saber quais são os próximos espaços a ser intervencionados e como estão planeados cronologicamente.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que informou que iria votar favoravelmente a proposta de protocolo apresentada, referindo que a disponibilização de parques de lazer adequados a todos deve ser sempre uma das prerrogativas de qualquer Executivo que cuida do desenvolvimento do território.-----

Disse que, infelizmente, não podia deixar de mencionar que, em Santa Maria da Feira, existem casos muito concretos de equipamentos que não servem bem o propósito para o qual foram construídos, e que um exemplo disso se verifica na freguesia de Vale, onde o parque infantil está instalado no meio de um parque de estacionamento, sem sombra e sem uma área de descanso para quem acompanha as crianças. -----

Concluindo, questionou que tipo de planeamento foi feito para se instalar esse parque infantil no meio de um parque de estacionamento, perguntando ainda se não existia, na freguesia de Vale, uma área adequada para a instalação desse equipamento que efetivamente promovesse a prática de lazer das famílias que habitam nessa freguesia. ---

Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----



“Nos últimos dois anos fomos privados da liberdade a que estaríamos tão habituados e com a necessidade crescente das crianças e jovens terem de ficar tanto tempo privados de sair à rua, de socializar ao vivo e cores com outras crianças e jovens, verificou-se assim um aumento exponencial da dependência das novas tecnologias, pelo que urge a necessidade que crianças e jovens adotem estilos de vida mais saudáveis e que aumentem o contacto com outras pessoas da sua geração de forma a promover o desenvolvimento cognitivo, sensorial e de socialização. Neste sentido, importa salientar o papel dinamizador e interventivo da Câmara Municipal para adequar e ajustar os Espaços de Jogos e Recreio. Assim, e de acordo com a estratégia municipal de requalificação de diversos espaços públicos, desde o início de 2020, a autarquia já intervencionou 25 parques infantis, num investimento superior a 400 mil euros. -----

Para o ano de 2022 está previsto o início da 3.^a fase do plano de requalificação dos Parques Infantis, que contempla 15 intervenções. Verifica-se assim que o plano global de intervenções ronda os 700.000 €.---
Em complemento a estas requalificações, os técnicos do Gabinete do Desporto fazem uma monitorização constante no levantamento do estado dos equipamentos (de lamentar que infelizmente existem alguns casos de vandalismo), pelo que neste sentido são priorizadas as intervenções e acompanhamento dos mesmos. De enaltecer que podemos, hoje, reconhecer as boas condições que a maioria dos Parques Infantis apresentam, aliados a uma forte estratégia de acompanhamento e manutenção dos mesmos. -----

Para além dos Parques Infantis, importa realçar o trabalho desempenhado pela Câmara Municipal, em particular a Divisão de Desporto, pelo trabalho desenvolvido na requalificação de Polidesportivos. Nos últimos dois anos, a Câmara Municipal investiu 363 mil euros na requalificação de nove polidesportivos do concelho e, até ao final de 2022, espera intervencionar mais oito equipamentos, num investimento de 367 mil euros. -----

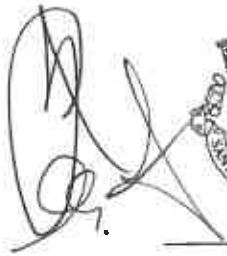


Ainda este ano, a autarquia dará início a uma nova fase deste plano de requalificação, que contempla mais seis polidesportivos, estimando-se um valor de investimento de 300 mil euros. Importa assim realçar que uma das prioridades do nosso Município é sem dúvida, gerar estilos de vidas mais saudáveis para toda a população, de todas as gerações. -----

Para concluir, é possível verificar que têm sido encetados vários esforços da Câmara Municipal para reabilitar vários Parques Infantis e Polidesportivos, de forma a estimular hábitos de vida mais saudáveis e a prática desportiva de crianças e adultos, e ainda promover o desenvolvimento integral de crianças e jovens.”-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, tendo começado por dizer, quanto à questão dos prazos de execução, que as requalificações a que se refere o protocolo em apreço serão para executar de imediato. Referiu que, contudo, não podia garantir um prazo exato porque os processos de elaboração do caderno de encargos e da contratação pública têm sempre nuances que dificultam saber esse prazo com exatidão, pelo que tanto pode demorar seis meses como um ano, acrescentando que esse prazo também depende de haver, ou não, situações de litigância. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Tiago Paiva sobre o parque infantil localizado no parque de estacionamento, na freguesia de Vale, referiu que, como já teve oportunidade de mencionar, ao longo dos tempos foram-se construindo parques infantis e até parques de jogos onde havia disponibilidade de terreno com a maior centralidade possível, comentando que, apesar de toda a boa vontade, nem sempre as opções terão sido as ideais, mas sim as possíveis. Disse julgar que foi essa situação que aconteceu no Vale, em que houve muita boa vontade das pessoas para terem um parque infantil perto da zona da igreja, que é muito central, pelo que instalaram o parque infantil no parque de estacionamento. Referiu que



esse parque infantil serviu a população, e continua a servir, pelo que não considera justo criticar quem fez aquele parque infantil com toda a boa vontade, acrescentando que, obviamente, o ideal seria um espaço com sombra, mas que também são muito poucos os parques infantis com sombra porque o arvoredo está, normalmente, mais afastado. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) pediu novamente a palavra, dizendo não ter ficado esclarecida pelo que iria reformular a questão que colocara através de um exemplo. Referiu que, no processo da requalificação das estradas, a Câmara Municipal organizou por fases e por nomes de ruas, questionando se, quanto à requalificação de espaços de jogo e recreio, não é possível organizar por fases e por designação dos equipamentos, com a respetiva cronologia, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que, com a intervenção em causa, ficará praticamente tudo feito, lembrando que já em 2021 foram feitas intervenções muito significativas. Reafirmou que é preciso ter consciência que há alguns espaços que foram feitos ao longo dos tempos que não justificam a requalificação, reforçando que a intenção é requalificar todos os espaços que, consensualmente, justificam a requalificação. -----

De seguida, e a pedido do Sr. Presidente da Câmara, interveio o Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, Jardins, Espaços Verdes, Paisagem Urbana e Desporto, **Mário Jorge Reis**, o qual informou que o plano de requalificação já se iniciou há 2 anos, estando já concluídos 23 parques infantis pelas diversas freguesias do Concelho. Referiu que, conforme dito pelo Sr. Presidente da Câmara, até ao final do ano de 2022 ficarão praticamente todos os parques infantis renovados no Concelho, acrescentando que, contudo, por vezes aparecem circunstâncias que não dependem da Câmara, mas sim da legislação que é preciso respeitar. -----
Concluindo, disse que este não é um processo fechado porque, no futuro,



haverá sempre necessidade de fazer uma ou outra intervenção numa ou noutra freguesia, mas que a intenção é concluir este plano de requalificação até ao final de 2022. -----

Interveio novamente o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse apenar querer dar nota que, no caso do parque infantil na freguesia de Vale, não está em causa a boa vontade de quem o instalou, mas que, efetivamente, não é verdade que ele tenha servido, ou que continue a servir, os interesses das pessoas que lá habitam porque quem frequenta o centro de Vale percebe que aquele parque não é utilizado por nenhuma criança, em nenhum momento do dia, nem nas horas em que haja atividade religiosa ou cultural naquela zona, o que comprova que o mesmo está, efetivamente, mal localizado e não fomenta a utilização do mesmo.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS: 16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), autorizar a celebração do protocolo de colaboração em referência, aprovando a respetiva minuta-tipo do protocolo, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Alberto Tavares.-----

13 – Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que começou por dar nota que se



iria abster neste ponto. Disse que, segundo dados do INE, em agosto de 2021 existiam 5.253 crianças entre os 0 e os 4 anos no Município e, quanto à resposta da valência de creche, tinha 1.434 vagas em IPSS e 71 vagas em entidades privadas, totalizando 1.505 vagas nesta modalidade. --- Referiu que existem vagas não ocupadas nestas instituições, que se situam todas na zona norte do Concelho, verificando-se haver lista de espera em todas as instituições da cidade de Santa Maria da Feira e das freguesias limítrofes. Salientou que, ainda que admitindo o diferencial das crianças entre os 3 e os 4 anos, as vagas existentes são claramente insuficientes e, acima de tudo, desajustadas para as necessidades estimadas da população. -----

Fez notar que, assim sendo, a CDU considera que a criação de uma rede pública com planeamento adequado que responda a esta necessidade seria uma medida estrutural que, a par de outras medidas, como haver uma rede de transportes adequado, ajudaria as famílias feirenses, ao contrário da medida apresentada pela Câmara que tem um carácter avulso e populista, não visando a resolução dos problemas reais sentidos pela população. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Um dos maiores problemas do concelho, talvez o maior, é a perda da vitalidade demográfica e o rápido envelhecimento da população, o que conjugado com o aumento da esperança média de vida e a mudança do perfil da família contemporânea, gera crescentes fenómenos de isolamento e solidão, em particular da população sénior. -----

Segundo os dados do INE, Santa Maria da Feira passou de uma população de 140.052 pessoas em 2013, para 136.720 em 2021. -----

No mesmo período, o número de idosos por 100 jovens passou de 84,4



para 155,7. -----
Pela primeira vez na história recente, em 2014 registaram-se mais óbitos do que nascimentos no concelho, tendo esta tendência vindo a agravar-se nos últimos anos, verificando-se em 2020 o pior rácio de sempre. -----
Torna-se, por isso, urgente desenvolver políticas públicas de estímulo à natalidade.-----
Perante este desafio, o então candidato a presidente da Câmara Municipal, anunciou esta medida, optando pelo caminho mais fácil: atirar dinheiro dos contribuintes para cima do problema e ver o que acontece. -----
- Não se definiu nem quantificou objetivos, ou seja, não sabemos qual a relação investimento/retorno.-----
- Ou seja, não sabemos quanto custará a medida e qual a meta a atingir em número de nascimentos adicionais. -----
- Não sabemos qual o estudo que teve por base esta proposta, desconfiando que não houve nenhum. -----
Pior do que isso é acreditar que uma medida como esta, atirada para o ar de forma isolada, irá resolver algum problema. -----
Sabemos todos que o envelhecimento demográfico tem muitas causas, mas a mais importante é a esperança dos jovens casais no futuro.-----
Isso implica, em particular, expectativa de empregos bem remunerados, o que, como vemos pelos países que mais crescem na Europa, só se consegue com o aumento da produtividade e da liberdade económica, individual e coletiva. -----
Se o senhor presidente quer mesmo incentivar a melhoria das condições de vida dos jovens casais, tem medidas mais eficazes, desde logo a redução da carga fiscal dos munícipes, tal como tivemos oportunidade de referir nas assembleias anteriores.-----
Outra medida, e que decorre igualmente das opções políticas do município, tem a ver com o incentivo à dinamização do mercado da habitação.-----
A Iniciativa Liberal defende ainda outras medidas de estímulo à natalidade,



tal como a gratuitidade das creches, bem como o alargamento dos seus horários de funcionamento. -----

Em resumo, estamos obviamente de acordo com a sinalização do problema e da sua extrema importância, mas não com a proposta de solução. Por isso, vamos abstermo-nos.”-----

Interveio o membro **Job Silva** (PS), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“O grupo do Partido Socialista concorda e tem defendido que é evidente a acentuada redução da taxa de natalidade, acompanhada de um envelhecimento da população, fatores estes que permitirão a inversão da pirâmide demográfica e que trarão consequências negativas ao desenvolvimento do nosso concelho e que portanto, à semelhança do que já acontece em alguns municípios, é inequívoca a adoção deste tipo de políticas para colmatar a tendência da baixa natalidade e aumentar a atratividade para a fixação de jovens no concelho. -----

No entanto, não nos podemos esquecer que há mais de dois anos o PS assumiu a resposta ao desafio demográfico como uma prioridade, com a apresentação em reunião de câmara de uma proposta de incentivo à natalidade.-----

A proposta apresentada pelo PS além de ser uma medida de apoio ao nascimento iria também permitir a dinamização do comércio local. -----

Lamentavelmente, após a cuidada análise, por parte do Sr. Presidente da Câmara e naturalmente de todo o anterior executivo permanente em exercício, a proposta apresentada pelo PS foi rejeitada com a proferição, por parte do Sr. Presidente, de que a ação da Câmara não passaria por formas pecuniárias, ou seja, de que tinha bastantes reservas que o eventual incentivo à natalidade fosse pela atribuição de subsídios. -----

Porém, é do nosso agrado e também dos feirenses, que passados dois anos



o Sr. Presidente tenha sido capaz de perceber a importância desta proposta e subscrever as políticas de um partido, injustamente caracterizado pelo Sr. Presidente, como aquele que dá tudo a todos aumentando todas as despesas e diminuindo todas as receitas. -----

Gostaríamos que este executivo percebesse efetivamente que uma boa proposta pode resultar da junção de vários contributos. -----

Consideramos ainda que integrar as juntas de freguesia neste desafio e neste programa, será relevante, existem mesmo juntas de freguesia que já deram esse passo. -----

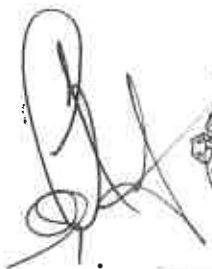
Em síntese, ficamos bastante agradados com a proposta apresentada e com a posição assumida pelo executivo, sabemos que a mesma não é condição *sine qua non* para o aumento da natalidade, mas estamos certos de que será uma preciosa ajuda para todos aqueles que querem ter filhos e que terá um impacto positivo no aumento da natalidade. -----

Além disso, esperamos que num futuro próximo possamos estar a discutir, nesta assembleia, estratégias para uma habitação acessível e para a dignificação do trabalho jovem, princípios imprescindíveis à emancipação jovem e que constituirão um incentivo à natalidade e à fixação de famílias jovens no concelho. -----

Também não nos podemos deslembrar de que o combate à baixa natalidade se faz no reforço dos transportes públicos, da rede de equipamentos sociais de apoio à infância e na garantia de um acolhimento digno e inclusivo dos que procuram o nosso concelho. -----

Como defendeu um investigador: -----
“depois das crianças nascerem, temos de lhes dar condições, a elas e aos pais, para terem aquilo que é o seu desenvolvimento e tudo aquilo que é depois a criação de oportunidades, para que essas crianças criadas, formadas, possam ficar na região”. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que o



apoio que o Município está a dar a quem tem crianças dos 0 aos 3 anos não pode ser olhado como um subsídio, mas sim como um incentivo e como uma forma de o Município mostrar que tem de olhar, de uma forma muito mais séria, para o tema da desertificação que se começa a sentir no Concelho. Disse que é preciso tomar medidas muito mais eficazes no respeitante à habitação, à rede de transportes, às creches, com horários diferenciados e adequados ao modo de vida atual, comentando que há necessidades que não existiam há 20 ou 30 anos. Salientou que, por exemplo, as famílias monoparentais têm de ter soluções, que não somente à base de subsídios, ressaltando que, no fundo, é preciso criar uma estratégia de desenvolvimento sustentado para todo o Município. ----- Disse congratular-se com esta medida da Câmara, que referiu querer olhar como um incentivo e não como um subsídio, acrescentando que espera que seja o princípio de uma discussão mais abrangente desta temática para encontrar soluções que proporcionem melhor qualidade de vida a quem quer constituir família em Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que o BE tem uma posição clara sobre a necessidade de criar uma política de incentivo à natalidade e que essa política seja eficiente e eficaz no aumento da natalidade no Concelho. Referiu que o caminho escolhido pelo executivo do PSD, aparentemente influenciado pelas propostas do PS, de lançar um subsídio por cada criança que nasça no Município, traduz-se não só numa medida que considera ser populista, mas também numa medida para a qual a evidência mostra claramente que não é eficaz. -----

Disse que a medida que agora se implementa no Município não é pioneira, dando nota que, em 2015, o Governo italiano lançou uma medida semelhante e os resultados foram claros ao demonstrar que não se traduziu num aumento da natalidade. Salientou que vários especialistas em estudos de natalidade e fertilidade, analisando a aplicação desta



mesma medida noutros países europeus, chegaram à mesma conclusão, ou seja, que a aplicação deste tipo de subsídios não se traduz num aumento da natalidade. -----

Disse que, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas sobre o problema da fertilidade na Europa, as decisões de fertilidade são cada vez mais determinadas pela análise das famílias em combinar cidade e apoio para com as crianças, com a participação dos pais no posto de trabalho. Deu nota que, na França, que foi um país onde o pacote de medidas de apoio à natalidade teve mais efeitos na Europa, tendo cerca de 1,9 nascimentos por cada mulher em idade fértil, comparativamente com os 1,3 no resto da Europa, as políticas de oferta de serviços de creche associadas a política laborais de conciliação trabalho/família foram eficazes para que aquele país pudesse apresentar este número de aumento da natalidade, que se traduz na mais alta taxa de natalidade da Europa. --- Referiu que, assim, os 2 milhões de euros previstos para este subsídio, só para 2022, seriam muito melhor empregues na criação de creches públicas, que são manifestamente insuficientes no Concelho, acrescentando que o BE votará contra a proposta apresentada pelo executivo do PSD na evidência clara da ineficiência dessa medida populista. -----

Concluindo disse querer deixar nota que, sabendo que o Sr. Presidente da Câmara tem perfeita noção do que é um custo afundado, nunca é tarde demais para inverter um curso de ação onde a evidência demonstra que este mesmo curso de ação não é eficaz, pelo que deixava o apelo para que haja uma revisão da implementação desta medida porque, efetivamente, está-se a utilizar recursos que poderiam ser muito melhor utilizados, com medidas que efetivamente promovam o aumento da taxa de natalidade. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer que, como é reconhecido por todos, independentemente da quadrante política, a



diminuição da natalidade é um dos maiores desafios não só de Santa Maria da Feira, mas de Portugal, pelo que é preciso encontrar as melhores estratégias para conseguir resolver este problema. -----

Referiu que Santa Maria da Feira também está a vivenciar essa problemática da baixa natalidade, tendo uma população envelhecida que certamente trará problemas de sustentabilidade, falando na ótica do Estado central, mas também num âmbito mais local, no perigo de desaparecimento das populações e das suas tradições e culturas, acrescentando que esse problema de inerência social e económico deve ser acautelado. -----

Referiu que o Executivo liderado pelo presidente Emídio Sousa tem pautado sempre a sua atuação, nos últimos anos, pelas boas contas, por ter um município equilibrado do ponto de vista financeiro, acrescentando que esta questão tem a ver com a questão da natalidade porque, fruto destas boas contas, o Município ganhou uma capacidade e uma forma de procura de investimento no estrangeiro, com missões empresariais que se realizam há mais de 8 anos na busca de emprego, associado a medidas como o projeto Via Verde Empresas, isto em período de plena intervenção da troika. Realçou que, após essa intervenção, o Concelho saiu de um período muito mau, onde o desemprego era galopante, tendo o executivo conseguido que o Concelho passasse para uma situação de quase pleno emprego, com muitos empresários a procurarem trabalhadores na Agência Local em Prol do Emprego e nos Centros de Emprego. Salientou que também é preciso levar em conta essa questão porque não está apenas em causa o incentivo à natalidade em apreço, reforçando que o executivo de Emídio Sousa tem um plano que vê no investimento e no desenvolvimento económico o maior plano de incentivo à natalidade que o Município pode ter. -----

Disse que se o Município oferecer qualidade de vida, com espaços de lazer, com ciclovias, associado à proximidade e acessibilidade ao porto de Aveiro



e ao porto de Leixões, com vários nós de autoestrada, com uma aposta nas novas tecnologias, tudo isso irá captar aqueles que querem viver num sítio relativamente calmo, mas com emprego. Realçou que isso é o verdadeiro investimento do futuro, o verdadeiro investimento na natalidade, na atratividade, na captação de pessoas para viverem em Santa Maria da Feira, assim como no crescimento da diáspora feirense no mundo.-----
Em relação à nota de que esta medida já foi experimentada noutros países e que o efeito não terá sido o pretendido, referiu que pelo menos uma coisa já se conseguiu, que foi esta medida ser falada, comentando que basta andar na rua para comprovar isso mesmo. Referiu que certamente ninguém vai ter um filho por receber 600 euros, mas que é um incentivo que o Município dá e um sinal que mostra que está pronto para ajudar as famílias, tal como está pronto para ajudar a que haja mais emprego, tal como está pronto para estar sempre ao lado dos feirenses para ajudá-los a combater este flagelo que atinge a todos. -----
Sobre o regulamento em si disse que o mesmo foi discutido na reunião de Câmara e que decorreu o tempo adequado para apresentação de propostas, pelo que não há nada a dizer quanto a isso.-----
Disse também ter ouvido falar em rede de creches e em investimento em escolas, e que uma das pessoas que falou nisso foi o Tiago Paiva, realçando que o grupo municipal do PSD concorda em parte com isso, mas não esquece que o BE esteve a apoiar um governo até há pouco tempo, antes de o mandar abaixo, e que, nessa altura, não se lembra de ter ouvido o BE dizer que o Estado central devia ter ajudado nesta matéria, comentando que, se o falou, então retirava o que disse. -----
Referiu, de seguida, que compreende a perspetiva ideológica bem vincada da Iniciativa Liberal, nomeadamente quando esta fala que a Câmara não tem um plano por trás, comentando, sobre isso, que o membro Carlos Martins até já fez parte, em tempos, do Executivo Permanente da Câmara e sabe que as coisas não são feitas à sorte, que certamente são bem



planeadas e têm um objetivo bem delineado.-----

Fez notar que ficou um pouco confuso com a intervenção do membro Carlos Martins porque o mesmo falou em ter uma regulamentação e, depois, em não intervir, ao mesmo tempo que falou em habitação, realçando que não percebeu muito bem se era no sentido de deixar a iniciativa privada a funcionar, ou não, acrescentando que lhe parece que ainda existe uma ligeira confusão naquilo que a Iniciativa Liberal defende, talvez por se tratar de um partido jovem que ainda não se definiu bem do ponto de vista identitário.-----

Concluindo a sua intervenção, disse que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente a proposta da Câmara, que espera tenha um grande sucesso e atinja os objetivos pretendidos, dando os parabéns ao Executivo por todo o trabalho que tem feito neste âmbito.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) pediu a palavra argumentando que foi visado na intervenção efetuada pelo membro João Cunha – o que lhe foi concedido – tendo dito que o membro João Cunha não foi capaz de se recordar de uma posição do BE sobre a promoção de creches públicas, lembrando-lhe que, em 2019, o BE não só propôs uma rede de creches públicas ao Governo como também que essa rede fosse integrada na Educação. -----

Referiu que uma medida que é comprovadamente ineficaz ser defendida como sendo algo de que toda a gente está a falar, caracteriza a definição de uma medida populista, acrescentando que utilizar dinheiro da Câmara numa medida que é comprovadamente ineficaz para que as pessoas apenas falem dela e que não aporte para aquilo que é o seu principal objetivo, que é o aumento da natalidade, é uma péssima decisão estratégica. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) pediu igualmente a palavra por ter sido visado – o que lhe foi concedido – dizendo que apenas queria dar uma



sugestão de leitura ao membro João Cunha, já que o mesmo comenta as intervenções efetuadas pelos outros membros, designadamente a obra "As Dificuldades do Socialismo - E Outros Escritos sobre a Liberdade - Introdução, tradução e notas de Pedro Galvão", de John Stuart Mill, da editora Edições 70, realçando que faz esta sugestão para que o membro João Cunha possa perceber o que é o liberalismo. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes, começando por dizer que, se dúvidas houvesse sobre a importância deste incentivo à natalidade, basta ver a discussão muito rica que está a acontecer nesta Assembleia, dando nota que este incentivo é um apoio e que as políticas de natalidade do Concelho são muito vastas.-----

Referiu que o membro Carlos Martins falou que seria muito melhor a baixa de impostos, realçando, sobre essa questão, que o Município tem vindo a descer impostos há sucessivos mandatos, designadamente os que são da responsabilidade do Município. Disse que, obviamente, tem opiniões muito próprias sobre a fiscalidade em Portugal, que considera absurda, um disparate completo, acrescentando que os impostos municipais são o que são e, olhando ao conjunto de responsabilidades e às receitas que o Município tem, que estão claramente balizadas, é preciso gerir a questão da fiscalidade com muita prudência.-----

Deu nota que o Município baixou o IMI de uma taxa inicial de 4,5% para a atual taxa de 3,65%, fazendo sobressair que as reduções foram sempre feitas depois das eleições e nunca antes das eleições. -----

Salientou que, quanto à participação do Município de 5% sobre o IRS, tem sérias dúvidas que o Município devesse abdicar dele porque, normalmente, nem sequer atinge as famílias com salários mais baixos ou, então, é um valor praticamente irrisório para as famílias, mas cuja receita para o Município ainda tem uma importância muito significativa.-----



Referiu que, para que se perceba quais as verdadeiras políticas de natalidade do Executivo, diria que a maior medida social e de apoio à natalidade que existe é o emprego, realçando que ninguém terá dúvidas sobre o trabalho que tem sido feito no Município quanto ao desenvolvimento económico e ao emprego. Disse que, numa primeira fase, o objetivo foi ter emprego para todos, salientando que, hoje, o Concelho está numa situação de pleno emprego, comentando que os 3% ou 4% de desempregados no Concelho são pessoas que, provavelmente, já não regressarão ou não pretendem regressar ao mercado de trabalho. Reforçou que, portanto, o Concelho está numa situação de pleno emprego, havendo já carência de mão de obra em alguns setores, o que vai provocar um aumento dos salários porque, caso alguma empresa queira contratar alguém, vai ter de lhe pagar mais ou dar melhores condições, caso contrário essa pessoa não mudará de emprego. -----

Disse que, agora, decorre uma nova fase na procura de investimento, que é o investimento qualificado e, por isso, pagador de melhores salários, dando nota que está a trabalhar diretamente nessa questão fundamental. -----

Referiu que o Município já tem a sua Estratégia Local de Habitação para tornar a habitação acessível, comentando que qualquer pessoa pode ainda constatar que está a ser construída muita habitação no território pelo mercado privado, precisamente porque há procura e poder de compra. -----

Deu nota que a população do Concelho baixou em mais de 2 mil pessoas, passando de mais de 139 mil pessoas para menos de 137 mil, e que isso se explica com alguma emigração que houve nos anos difíceis, iniciados em 2008/2009, com a fortíssima recessão que houve e que conduziu à intervenção da troika em 2011. Referiu que, geralmente, quem emigra encontra-se em idade fértil e isso traduz um duplo problema para o País, realçando que o emigrante dos anos 60 e 70 emigrava para trazer as receitas para Portugal, para fazer a sua casa e para pagar as suas despesas familiares, mas que a nova emigração, na maioria das vezes



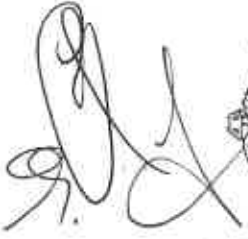
pessoas qualificadas, não emigram para mandar as receitas para o seu País, optando por comprar a casa no país onde estão emigradas, e ali constituir família, dificilmente regressando, reforçando que este é o grande drama de Portugal.-----

Salientou que o Concelho tem de captar emprego qualificado, dando nota que o território já tem uma rede de jardins de infância gratuita, comentando que as creches não são gratuitas porque não são da responsabilidade do Município. Disse haver uma resposta gratuita ao nível da Educação e da Saúde, com médico para todos, com espaços verdes para todos, lembrando que, já nesta sessão, foi aprovada a requalificação de vários parques infantis e espaços de jogos e que, em 2021, já foram requalificadas uma série deles. Frisou que, portanto, há todo um conjunto de condições que o Município proporciona para que haja boas condições de vida, salientando que o problema da natalidade nos países mais desenvolvidos não é, na maioria das vezes, um problema de rendimento, mas sim um problema de opção de vida.-----

Disse ter ouvido falar do exemplo da França, que também já lhe haviam apontado os exemplos da Suécia e da Noruega, comentando que quando visitou a Suécia à procura de investimento percebeu, quando foi à estação de comboios de Gotemburgo, que o aumento da natalidade é provocado pela procura de rendimento, acrescentando que, em muitos países da Europa, muitas famílias, principalmente de emigrantes, têm nos filhos um investimento, independentemente da educação que possam ter ou das condições que tenham para os criar.-----

Referiu que muitas pessoas estão à espera do incentivo à natalidade que está em aprovação, e que terá muita satisfação em lhes dar, reforçando que o mesmo é um sinal e um alerta para que todos se concentrem neste grande desafio nacional que é a natalidade.-----

Disse ser verdade que, há alguns anos, o Concelho teve, pela primeira vez, mais mortes do que nascimentos, mas que isso não se verificou somente



em Santa Maria da Feira, comentando que se assim fosse o problema estava resolvido, mas que o problema é mesmo nacional. Deu nota que, em Santa Maria da Feira, essa questão vai ser compensada pois tem a certeza absoluta, até porque conhece muito bem o tecido empresarial que se instalou no Concelho e a mão de obra proveniente de concelhos vizinhos, que muita dessa mão de obra se vai radicar no Concelho e constituir família, pelo que rapidamente esses números serão equilibrados.-----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que, hoje, o Município pode pagar o incentivo à natalidade porque fez uma gestão rigorosa que o permite, salientando que a questão da natalidade é um desafio para Santa Maria da Feira e para Portugal e que o incentivo também funciona como um alerta para todos, dizendo ficar contente com a discussão que foi tida porque, tendo sido tão rica, significa que o Executivo está certo ao apresentar esta proposta.-----

Posto isto, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:30, PS: 16, CDS-PP, CH, IND), 1 voto contra (BE) e 2 abstenções (IL, CDU), aprovar o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-

14 – Regulamento Municipal de Atividades de Animação de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho-----

- Versão corrigida (para conhecimento)-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -



Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da versão corrigida do Regulamento Municipal de Atividades de Animação de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saiu o membro Manuel Pereira dos Santos.-----

15 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----

- Revisão do tarifário para o ano de 2022 (para conhecimento)-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 3 de janeiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que referiu ser consensual que o serviço de concessão da água e saneamento no Concelho é caro e que não existem razões técnicas para que seja assim, realçando que, aquando da concessão, a CDU avisou e lutou contra ela porque entende que a mercantilização de um serviço essencial é imoral e só poderia ter dado no desfecho que deu. -----

Disse ser hoje claro para todos, inclusive para os mais acérrimos defensores dos mercados e do princípio que os privados gerem melhor, que a concessão foi um erro, salientando que por todo o mundo se revertem este tipo de contratos. Referiu que o PSD, ao não equacionar e estudar a



viabilidade económica da reversão, insiste no erro e continua a colocar os interesses da Indaqua acima dos interesses dos munícipes feirenses. -----
Concluindo, disse que a CDU quer deixar claro que continuará a lutar para que se reverta a concessão e se possa ter a curto prazo, em Santa Maria da Feira, um serviço público que sirva a população e não a Indaqua, ou um qualquer grupo económico. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer que o Chega estudou os preços propostos pela Indaqua Feira e comparou-os com os praticados noutras concessões e não vê razão para que outros partidos digam que a concessão em Santa Maria da Feira é das mais caras, comentando que, segundo os registos que analisou, está a meio da tabela. -
Referiu que os partidos deveriam investigar antes de falar, salientando que o serviço prestado pela Indaqua Feira será, quiçá, dos que tem mais selos de qualidade e que isso quer provar alguma coisa. -----
Concluindo disse que, em relação ao aumento do tarifário, tudo está a aumentar o preço, pelo que, sendo a Indaqua Feira uma empresa privada e estando tal aumento no caderno de encargos da concessão, o Chega não vê onde está o problema. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por referir que o assunto da concessão já foi falado muitas vezes nesta Assembleia Municipal e merece um aprofundamento próprio, mas que este não é o momento para fazer a discussão com a profundidade necessária até porque o ponto em apreço não está sujeito a votação da Assembleia. -----
Referiu que se existe a consciência que um dos maiores problemas do Concelho é o envelhecimento da população e a baixa natalidade, também existe a consciência que uma das maiores manifestações de insatisfação dos munícipes tem a ver com a água, com o saneamento e com a recolha do lixo, dizendo julgar que o Município também terá consciência que não

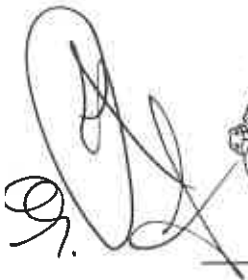


está tudo perfeito a esse respeito. Disse haver um desafio coletivo, enquanto eleitos, no sentido de tentar melhorar a prestação do serviço de água, de saneamento e recolha do lixo, acrescentando que o Município também deve assumir como relevante este desafio, neste mandato, realçando que a IL acompanhará esse debate e esse eventual processo de desenho de modelos diferentes para o futuro.-----

Salientou que, no ponto em apreço, o que está em causa é muito simples, ou seja, a aplicação de um contrato, dizendo que a IL não quer fazer deste ponto um cavalo de batalha político porque não é o momento, mas que considera que o assunto da água, saneamento e recolha do lixo deve ser tratado de forma integrada, numa perspetiva de futuro, pelo que gostaria que o Município abrisse esse processo de discussão e de reflexão partilhada, estando a IL disponível para acompanhar esse assunto.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse encontrar-se no mesmo registo do mencionado pelo membro Carlos Martins, salientando que está em causa um contrato que o Município tem de cumprir porque está assinado e em vigor, dizendo que o tarifário decorre do contrato e das suas renegociações, sendo presente a esta Assembleia para conhecimento.- Referiu que a estratégia do Município para com a água tem de ser melhorada, e que todos concordarão com isso, dizendo esperar que o Município não deixe perder o timing para poder executar, no futuro, um melhor serviço aos feirenses.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que a posição do BE não é nova, dando nota que a informação sobre a revisão do tarifário para 2022 é mais um motivo para a posição clara defendida pelo BE no que respeita à forma como um bem essencial é explorado no Município. ---- Referiu que a revisão em alta de mais uma taxa traduz-se, naturalmente, no aumento da fatura da água dos feirenses, que já pagavam uma das



águas mais caras do distrito de Aveiro, acrescentando que o Executivo do PSD continua impávido e sereno e, também, conivente com um contrato de concessão que, na visão do BE, em nada favorece os feirenses, antes pelo contrário, explora-os. -----

Referiu que o Executivo do PSD continua, como ficou demonstrado nesta sessão, a opor-se à implementação automática da tarifa social da água e a dar apoio às famílias carenciadas no pagamento da fatura excessiva, assim como continua a recusar o debate sobre a necessidade de cessar com o contrato de concessão que celebrou com a Indaqua Feira.-----

Fez notar que essa não é uma discussão, de todo, típica do Concelho de Santa Maria da Feira, salientando que a possibilidade que recentemente foi reconhecida pelo Sr. Ministro do Ambiente, de fazer a reversão do contrato de concessão através do aumento do nível de endividamento é um sinal claro de que existe um problema e que o PSD continua, em Santa Maria da Feira, a ignorá-lo e a não querer entrar neste debate. -----

Concluindo, reforçou que os feirenses têm direito a um serviço municipal que lhes garanta o acesso à água, reafirmando que a água é um bem essencial que deve ser acessível a todos, mas que, infelizmente, os feirenses são explorados no acesso a este mesmo bem essencial. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que, dado que os vereadores do PS já abordaram este tema na respetiva reunião de Câmara, não iria repetir os argumentos que eles esgrimiram, indo abordar outros pontos para os quais gostaria que o Sr. Presidente da Câmara o esclarecesse.-----

Referiu que, uma vez que o 4.º aditamento ao contrato da concessão foi realizado em 2015, e tendo-se passado cerca de 7 anos, já se perceberá, e o Presidente da Câmara em particular, se o ajustamento que foi feito à previsão dos consumos de água e de saneamento no Concelho estão, ou não, de acordo com os consumos reais, isto é, se as capitações estão de



acordo com aquilo que está previsto. Disse que essa informação é importante porque permite perceber se tal ajustamento foi suficientemente adequado para acautelar, ou não, futuras revisões dos preços por metro cúbico.-----

Referiu que, para além disso, no 4.º aditamento também estava contemplada a criação de um fundo de apoio social, que iria ter algumas verbas que poderiam provir de coimas cobradas à concessionária, de cauções não levantadas e de uma percentagem dos lucros que poderiam estar acima do previsto, mas que não sabe se esse fundo chegou a ser criado e quais as verbas que eventualmente estarão a ele alocadas.-----

Disse também lhe ter causado algum espanto ao constatar, ao consultar o último relatório e contas da Indaqua Feira que foi publicado, que não lhe é permitido perceber quem é o Conselho de Administração da empresa pois tais nomes aparecem ocultados, como se houvesse alguma coisa a esconder. Fez notar que acha essa situação caricata pois não se trata de saber quem são os detentores do capital, mas sim quem gere a empresa no dia a dia, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se sabe quem é o Conselho de Administração da Indaqua Feira, pois ele está impedido de o saber.-----

Prosseguindo, disse julgar que começa a existir uma tensão muito grande no negócio da água dada a escassez do recurso, o valor que o mesmo tem e a possibilidade de existir lucros crescentes, a longo prazo, para a Indaqua Feira. Disse ser evidente que a empresa vai ter lucros crescentes, até porque é isso que está previsto, ao mesmo tempo que existe uma escassez da água, realçando que isso pode criar alguma tensão e alguma incompatibilidade política para que tal situação se mantenha no futuro. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara se não considera relevante ter um impacto previsível de quanto é que, perante tal cenário, poderá custar ao Município fazer o resgate da concessão, pois poderá custar centenas de milhões de euros e uma verba de tal grandeza deve ser acautelada com a



devida antecedência. -----
Concluindo, disse que estar sempre a empurrar esta questão para a frente com a barriga, como faz o Sr. Presidente da Câmara quando diz que já não estará a dirigir os destinos do Município nessa altura, não lhe parece uma boa forma de tratar o assunto. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Começo por frisar que todos nós preferíamos que a água fosse mais barata e que esta efetivamente é relativamente elevada. Dito isto, há várias notas que são importantes de ressaltar. -----

Em primeiro lugar, este valor cobrado está enquadrado legalmente e de acordo com um contrato celebrado. Aliás, os partidos da oposição tornam esta questão fácil, mas não é uma questão leviana romper com um contrato que está celebrado e em vigor e que dotou o município de milhões de euros de investimento. A Câmara Municipal tem, e bem, adotado a postura de ser respeitadora do direito e dos contratos que foram assinados. Aliás, dado o modelo das concessões privadas com os primeiros anos de prejuízo que só são recuperados no último terço do período e com a necessidade de as concessionárias amortizar a totalidade da dívida até ao final do período da concessão, ao contrário das empresas municipais, que podem viver eternamente com um determinado nível de dívida, o eventual resgate apresenta sempre um ónus para as gerações futuras – maior quanto mais afastado do fim da concessão estiver esse resgate. O executivo e o PSD ao contrário de outros, prefere não deixar mais um peso nas gerações futuras. Para além disso, os sistemas de abastecimento de água e gestão de águas residuais em alta são, na sua maioria, geridos por concessões municipais e multimunicipais. -----

Em segundo lugar, não é verdade que a água em Santa Maria da Feira seja



das mais caras do país. Essa questão do valor pago ainda é mais esbatida quando falamos na fatura completa que inclui todos os serviços: abastecimento (água), saneamento e resíduos sólidos. Nesse particular, temos inclusivamente concelhos vizinhos que são mais caros, nomeadamente (mas não só) territórios com dimensões semelhantes à nossa e, portanto, com necessidades de investimento semelhantes, nomeadamente Oliveira de Azeméis e Arouca. -----

Esta necessidade de investimento era premente no momento que este contrato foi celebrado. Nos últimos cerca de 22 anos, esse investimento tem sido feito e hoje estamos dotados de condições acima da média a nível nacional e de concelhos vizinhos, nomeadamente na qualidade do serviço prestado e nas infraestruturas que detemos e que serão do município no momento da maturidade do contrato, podendo nessa altura, o município baixar as taxas, pois já não haverá necessidade de pagamento do investimento avultado que tem vindo a ser realizado, como já mencionado. Aliás, no que concerne a este investimento e serviço ser efetuado por privados, gostaria de citar o Professor Rui Cunha Marques, do Instituto Superior Técnico, que conclui que “foi possível comprovar que os factos em Portugal parecem evidenciar que os operadores privados revelam maior eficácia ao nível da realização dos investimentos, prestam uma melhor qualidade de serviço e, em condições equiparáveis, praticam tarifas e encargos mais módicos”. Hoje temos 97% do concelho com cobertura de abastecimento de água com selo de qualidade, e 90% nas águas residuais, temos perdas de água, avarias e inundações bem abaixo da média da AMP, da região de Aveiro e do país.-----

Aliás, estas infraestruturas e este serviço prestado geram investimento e geram atração da população que tem assim melhores condições para trabalhar e viver, um dos grandes objetivos deste executivo camarário.”-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos



que entendesse convenientes, começando por dizer que a água em Santa Maria da Feira não é barata, mas que não é das mais caras, recordando que a fatura da Indaqua Feira contempla três serviços. -----

Disse que todos acham que a fatura da água, por ser uma competência municipal, deve ser eliminada, mas que ninguém fala da fatura da eletricidade, que está por valores inimagináveis, nem ninguém fala da fatura do combustível, que está a preços inimagináveis, nem ninguém fala da fatura das telecomunicações. Realçou que, hoje, todos acham que uma fatura de 30 euros da água, ou pouco mais do que isso, é uma enormidade, mas que uma fatura de 60 ou 70 euros da televisão e da Sport TV já não é, quando a água é uma prioridade pois é um bem essencial. -----

Salientou que, conforme já referido, o Concelho tem um excelente serviço, dos melhores do país, dando nota que a Indaqua Feira tem recebido variadíssimos prémios e distinções da ERSAR e que o tarifário é todos os anos, aprovado por essa mesma entidade. Realçou que, em Santa Maria da Feira, existe um serviço de qualidade permanente, podendo as pessoas beber água da torneira com toda a confiança.-----

Disse também querer dar nota, sobre a afirmação do Sr. Ministro de que os municípios se podem endividar para resgatar concessões, que considera essa situação inaceitável porque pode estar em causa um custo de 100, 150 ou 180 milhões de euros, como aconteceu no caso de Barcelos, acrescentando que o município que fosse condenado a pagar uma dívida dessa ordem estaria a comprometer as gerações futuras. Salientou que, no entanto, as pessoas dizem que é preciso creches, jardins de infância, infraestruturas para atrair investimento, ruas de qualidade, postos de saúde, escolas, e que isso resulta da competência e capacidade de gestão do gestor público, frisando que é esse trabalho que o Executivo faz todos os dias.-----

Referiu que, naturalmente, todos gostariam que o serviço de água, de saneamento e de recolha do lixo fosse de borla, mas que não é, fazendo



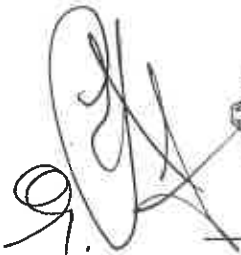
notar que a água custa a tirar do rio, que é preciso consumos de energia, tubagens, máquinas e pessoas, que o lixo custa a recolher pois é preciso ir buscá-lo a casa das pessoas, transportá-lo para o aterro e tratá-lo, assim como é preciso levar o saneamento para a ETAR e descontaminá-lo, para depois o lançar nas linhas de água. -----

Disse que essa é a fatura ambiental e que lhe surpreende que as pessoas ainda não tenham interiorizado que a fatura ambiental é importantíssima para o desenvolvimento sustentável, comentando que todos dizem ser ambientalistas desde que seja o vizinho a pagar, o que é lamentável. Referiu que é obrigatório pagar essa fatura ambiental porque é ela que modera os consumos e os gastos, salientando que, felizmente, não há falta de água no Concelho, e julga que não haverá tão cedo pois a água provém do Rio Douro, mas que outros territórios terão que ter restrições, pelo que todos têm de valorizar este bem escasso que é a água e que custa a levar a casa das pessoas. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que, por um euro por dia, os municípios de Santa Maria da Feira têm a água que necessitam para o seu dia a dia, têm quem leve a água suja e a trate antes de a lançar no meio ambiente, e têm quem venha buscar o lixo a casa para o levar para o aterro para ser tratado, reafirmando que considera que ter tudo isto por um euro por dia não é muito dinheiro. -----

O membro **Daniel Gomes** (PS) solicitou que lhe fosse respondida a questão que colocou sobre se as capitações de consumos estão ajustadas àquilo que estava previsto, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** disse julgar que ainda estão abaixo, dando ainda nota que, todos os anos, o Partido Socialista recebe o relatório da concessão onde constam tais indicadores. --

Interveio novamente o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse, a propósito da questão de a fatura ser, ou não, uma das mais altas do distrito de Aveiro,



que importa ressaltar que só não é uma das mais altas do distrito de Aveiro quando se considera o fornecimento de 120 m³ anuais, salientando que esse é um consumo que fica muito no limite para uma família. -----

Fez notar que, quando se ultrapassa o consumo de 120 m³ anuais, é onde se vê o principal aumento na fatura da água em Santa Maria da Feira, e, aí sim, traduz-se numa das faturas mais altas do distrito de Aveiro e também num dos maiores aumentos, neste diferencial de 120 para 180 m³, em Portugal continental.-----

Referiu ainda que o BE regista com muita consternação o facto de o Sr. Presidente da Câmara achar que a fatura da água não é assim tão alta para aquele que é o serviço prestado, comentando que isso seria interessante não fosse a água um bem essencial, lamentando que um bem essencial seja utilizado para a obtenção do lucro quando os feirenses pagam uma fatura elevada e quando lhes é negado a implementação automática da tarifa social na água.-----

Concluindo, e sobre o exemplo da fatura da eletricidade dado pelo Sr. Presidente da Câmara, recordou que existe a aplicação automática de uma tarifa social na fatura da eletricidade e que, quando é negado a essas famílias o acesso a essa tarifa social, a situação delas fica muito mais complicada.-----

Usou novamente da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que, em primeiro lugar, é preciso entender o que é lucro e o que não é, e o que é despesa e o que não é, salientando que o membro Carlos Seixas já informou que a concessão só prevê lucros no último terço da concessão. Deu nota que, quando se fala em pagamento da água, é para pagar o valor do investimento feito nas infraestruturas porque as mesmas não caem do céu, salientando que ou são pagas com dinheiro dos impostos ou, então, alguém tem que as pagar.-----

Referiu que estão em causa investimentos de capital maciço e que é por



isso que se diz que dois terços da concessão dão prejuízo, frisando que é preciso pagar aos bancos para que não aconteça o que aconteceu com alguns deles, que foram à falência porque gastaram o dinheiro dos outros. Realçou que é preciso ter tal equilíbrio, mas, por vezes, ouve nesta Assembleia afirmações de iliteracia financeira ou de má fé, em que se faz uma análise aos documentos que não é correta, acrescentando que anteriormente se dizia que a água em Santa Maria da Feira era das mais caras do País e, agora, já se diz que é das mais caras do distrito de Aveiro, o que não está muito mal. -----

Deu também nota que 120 m³ por ano são 10 mil litros por mês, comentando que não vê ninguém discutir quando paga 50 cêntimos por uma garrafa de água com um quarto de litro, mas já se reclama por se pagar pouco mais de um euro, ou dois euros que seja, por mil litros de água, quando, para se ter uma ideia, 70 cêntimos é para pagar o tratamento do saneamento à Águas do Centro Litoral e 44 cêntimos para pagar à Águas do Douro e Paiva. -----

Concluindo, realçou que o Sr. Ministro que disse que os municípios se podem endividar para resgatar concessões foi o mesmo que aumentou em 20% o preço da água em alta quando não precisava de aumentar, comentando que o Município de Santa Maria da Feira está a financiar outros que não fizeram investimento. -----

Interveio novamente o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse considerar importante referir que um consumo anual de 120 m³ representa, como mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, 12 m³ por mês, o que já é um consumo significativo para uma família, acrescentando que no distrito de Aveiro, no caso de 180 m³, sendo verdade que Oliveira de Azeméis fica mais barato do que Santa Maria da Feira, Espinho, por exemplo, fica mais caro, pelo que não é linear que Santa Maria da Feira seja o município mais caro do distrito. -----



Referiu que outro aspeto é que a Indaqua Feira investiu, até 2020, 118 milhões de euros no município de Santa Maria da Feira, comentando que se esse investimento tivesse de ser feito pelo erário público, certamente o Município não estaria, hoje, desenvolvido em outros tipos de infraestruturas tal como está. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) pediu a palavra para, através do Sr. Presidente da Assembleia, pedir que o Sr. Presidente da Câmara faça chegar ao grupo municipal do PS o relatório da concessão a que fez referência, tendo o **Sr. Presidente da Câmara** informado que o relatório de 2021 ainda não foi rececionado, que será em breve e que, nessa altura, o enviará, mas que o PS já tem em posse o relatório do ano anterior. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da revisão do tarifário para o ano de 2022, no âmbito da Concessão em referência. -----

16 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012 (para conhecimento)-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 31 de janeiro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento das declarações em referência. -----

17 – PRR - Plano de Recuperação e Resiliência no território de Santa



Maria da Feira (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento) -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa subscrita pela deputada municipal Susana Correia, do grupo municipal do PS (registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2467, em 18 de fevereiro de 2022), fazendo ainda alusão à proposta que a mesma fez chegar à Mesa para instrução do assunto – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. De seguida, passou a palavra à deputada municipal Lia Ferreira para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que apresentou e explanou a proposta em referência, cujo teor, seguidamente, se transcreve:

“A pandemia SARS-COV-2 trouxe enormes desafios de escala global. -----
Portugal não passou incólume, enfrentou as mesmas dificuldades que assolaram o mundo. -----

O consumo das famílias e as atividades das empresas sofreram impactos que obrigaram à adoção de medidas excecionais, nomeadamente de apoio à liquidez e manutenção de postos de trabalho das empresas, evitando a destruição irreversível de postos de trabalho e de capacidade produtiva, simultaneamente limitando a perda de rendimentos das famílias. -----

Num curto espaço de tempo foi necessário implementar no terreno, respostas para suprir necessidades sem precedentes. Os Municípios têm sido um dos braços operativos, na linha da frente, neste combate contra o inimigo invisível que ataca as demais áreas da vida socioeconómica. -----

Consciente dos enormes constrangimentos com que se debatem os Estados-Membros, o Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um plano estratégico comunitário no qual se insere o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é



um programa desse mecanismo e conta com um período de execução entre 2021 e 2026. -----

Combinando os fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do *Next Generation EU*, Portugal poderá aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta é uma oportunidade única e, dificilmente, repetível. O país terá oportunidade de recuperar da severa crise conjuntural com uma resposta estrutural, assegurando um crescimento robusto e sustentável. -----

O PRR português é o instrumento através do qual o Governo pretende implementar um conjunto de reformas e investimentos, promotores de crescimento económico sustentado, com o propósito de mitigação dos impactos económico e social da pandemia. Desta forma, Portugal consolida o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década, e define novos caminhos, centrando o foco de ação nas questões relacionadas com a alteração climática, ecologia e transição digital. Nesse sentido, o PRR foi estruturado de forma a disponibilizar um plano de investimentos que assenta em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital.-----

O PRR nacional integra os requisitos estabelecidos pelo instrumento comunitário, encontra-se alinhado com as quatro agendas estratégicas da Estratégia 2030, constituindo-se uma das suas fontes de financiamento mais relevantes, a par de outras: o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; o Acordo de Parceria e do Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum; outros fundos do *Next Generation EU*, como o REACT EU, o reforço do Fundo para a Transição Justa e o reforço do FEADER; outros mecanismos europeus de resposta à crise pandémica, como o SURE; diferentes programas de financiamento europeus de gestão centralizada, designadamente o Horizonte Europa, o Mecanismo Interligar Europa, o InvestEU ou os financiamentos do BEI/FEI; os exercícios orçamentais



nacionais anuais; outros fundos públicos, como o Fundo Ambiental; e investimentos privados estruturantes.-----

Durante a próxima década, estes instrumentos de financiamentos impulsionarão dinâmicas estruturais, sociais e económicas, numa dimensão inédita. O enquadramento económico europeu convida à modernização e desenvolvimento económico e social dos Estados-Membros. O nosso país, prepara-se para responder ao desafio, tirando partido dos mecanismos financeiros recentemente criados e, nos próximos cinco anos, executando em simultâneo os fundos ainda por executar do Portugal 2020, referentes ao período de programação 2014-20. -----

Contabilizando todos os fundos europeus até 2029, Portugal poderá aceder a um envelope de financiamento de cerca de 61 mil milhões de euros.-----

Enquadramento da Proposta: -----

O PRR foi organizado em 20 componentes, cada uma dessas componentes disponibiliza programas específicos, muitos dos quais abrangem direta ou indiretamente os Municípios. Tendo presente a importância deste instrumento e o prazo temporal da janela de oportunidades, é fundamental que a Câmara Municipal coloque em prática um plano de ação que permita ao Município beneficiar da conjuntura de financiamentos disponível, nomeadamente e, em especial, para temas estratégicos como transição climática, digitalização e serviços públicos. Nesse sentido, entre outras possibilidades, alerta-se para a pertinência e necessidade, de garantir serviços públicos de proximidade. Para esse efeito, sugere-se a submissão de candidatura ao investimento de Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares (C19-i01.01), destinado a garantir a Rede de Espaços Cidadão que tem por fim auxiliar o cidadão ou agente económico no acesso e interação com os portais e sítios na Internet da Administração Pública, bem como exercer um papel pedagógico na promoção da literacia digital dos cidadãos, em matéria de utilização dos serviços digitalizados da Administração Pública. -----



O PRR entrou em execução, os avisos em curso e em vias de publicação estão disponíveis na página da Estrutura de Missão Recuperar Portugal: ---
-----<https://recuperarportugal.gov.pt/candidaturas-prr/#1624904725473-df8f5226-5d16>. -----

A Assembleia Municipal reunida em 25 de fevereiro de 2022, recomenda à Câmara Municipal que:-----

1. Organize uma verdadeira *task force* para beneficiar dos programas em curso, apostando na requalificação do território de Santa Maria da Feira, de forma estruturada, reduzindo e prevenindo a dependência do investimento privado que nem sempre se adequa às necessidades do Concelho; -----
2. Defina uma estratégia que impulse temáticas fundamentais, como a transição climática, digitalização e serviços públicos; -----
3. As intervenções sejam distribuídas pelo território, garantindo equilíbrio de coesão e desenvolvimento entre as freguesias; -----
4. Submeta candidaturas que lhe permitam beneficiar dos avisos que se encontram disponíveis nomeadamente: -----
 - a. C02-i01 - Programa de apoio ao acesso à habitação -----
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (N.º 01/C02-i01/2021)-----
 - b. C02-i02 - Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário -----
Habitação Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (N.º 01/C02-i02/2021) -----
 - c. C03-i01: Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais -----
Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais (Aviso N.º 02/C03-i01/2021)-----
 - d. C03-i02 - Acessibilidades 360º -----
 - Programa de Intervenção nas Vias Públicas (PIVP) (N.º01/C03-i02/2021)-
 - Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos (PIEP) (N.º02/C03-i02/2021)-----
 - Programa de Intervenção nas Habitações (PIH) (aviso será publicado



- brevemente)-----
- e. C03-i06.03: Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto -----
Investimento RE-C03-i06.03 - “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto” (Aviso n.º 01/C03-i06.03/2022) -----
- f. C08-i01.01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – AIGP (.01)-----
Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta (Aviso n.º 02/C08-i01.01/2022)-----
- g. C19-i01.01: Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares -----
Desenvolvimento de Projetos no âmbito da Reformulação do atendimento dos serviços públicos (Aviso de Abertura de Concurso N.º 01/C19-i01.01/2021) -----
- h. C19-i07.01 - Capacitação da Administração Pública – INA -----
- Programa Qualifica AP - Centro Qualifica AP CCDRs (N.º02/C19-i07.01/2022) -----
 - Investimento TD-C19-i07: Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro (N.º 03/C19-i07.05/2021).” -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Eu queria saudar o facto da bancada do PS ter trazido este assunto, penso que estamos a falar de um instrumento de política pública fundamental para os próximos anos para Portugal. Tenho a certeza, porque tem sido hábito também, que o Município está atento a estas oportunidades e não vai deixar escapá-las, mas, de qualquer forma, nós, enquanto membros da Assembleia Municipal, temos o direito de saber qual é a estratégia municipal em relação a este assunto, dada a sua extrema importância, de



facto, à concentração de recursos pouco comum em Portugal nos últimos anos.-----

Só para dar uma noção do que estamos aqui a falar, este investimento total de cerca de 60 mil milhões de euros, entre PRR e o Quadro Comunitário, são 700 anos do orçamento do município de Santa Maria da Feira, só para termos a noção da escala que estamos aqui a falar.-----

Portanto, estamos a falar, de facto, de uma oportunidade gigante e aquilo que nos é dado a perceber, na primeira fase, apesar do que foi aqui dito, das diferentes agendas, das oportunidades que existem, o que é facto é que os primeiros sinais não são muito animadores. Desde logo, o que está a acontecer é que o próprio Governo aproveita esta oportunidade para, por exemplo, formalizar o pedido às novas regiões à volta de Lisboa, tentando concentrar ainda mais investimento. Se falamos, há pouco, da descentralização e da regionalização, o primeiro sinal foi exatamente o oposto, foi inventar-se duas regiões administrativas para ir concentrar à volta de Lisboa ainda mais os recursos públicos nos próximos anos. Também lamento não ter visto os municípios do resto do País, de forma ativa, no terreno, a denunciar esta situação, e espero que o façam ainda em tempo útil.-----

Por outro lado, também, aquilo que se espera é, quando há um investimento num país, não estamos a falar do investimento no Estado, estamos a falar do país, o país não é só o Estado, não é sequer em 50% de agentes da economia o Estado. O que aconteceu, para já, dos projetos aprovados, é que 99% do investimento já atribuído no PRR foi para o setor público, só 1% para o privado. Centralista e monopolista do Estado. Para já, são estas duas características que temos visto neste PRR. Portanto, a pergunta que deve ser feita, com certeza que não vamos hoje ter a oportunidade de a explorar profundamente, é qual é a estratégia do Município em relação a este assunto.-----

Eu refiro-me, por exemplo, e só um pequeno sinal, gostava de saber a



opinião do Sr. Presidente sobre isto, é que, por exemplo, na componente da mobilidade, na linha mobilidade sustentável, os investimentos que estão previstos para Portugal, nos próximos anos, são a expansão da Rede de Metro de Lisboa, 304 milhões de euros; a expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Santo Ovídio, só até Santo Ovídio, 299 milhões de euros; Metro Ligeiro de Superfície Odivelas - Loures, 250 milhões de euros; Linha da Boavista - Praça do Império, no Porto, 66 milhões de euros; e a descarbonização dos transportes públicos, 48 milhões de euros, a parte mais pequena. -----

Portanto, não vejo, por exemplo, nos próximos 6 anos, nenhuma expectativa de ver transportes metropolitanos a chegar ao Concelho. É isto que me preocupa, e gostava de saber até que ponto é que a estratégia do Município assenta também nestas oportunidades e qual é, em concreto, aquela que quer aproveitar no sentido de cumprir, também, as ambições que temos enquanto cidadãos de um país que tem estes recursos, mas, aparentemente, parece que não chega cá nada.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por questionar, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, quais as principais linhas de aproveitamento dos respetivos fundos por parte do Município para, através deles, resolver as grandes dificuldades estruturais que existem no território.-----

Disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara o elucidasse sobre quais as principais estratégias que tem e se já está munido de projetos ou de possibilidades de obter determinadas valências com vista à estratégia global de Santa Maria da Feira para os próximos 10/20 anos.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que o BE considera fundamental que haja um aproveitamento de todas as medidas do PRR que venham beneficiar as condições de vida de todos os feirenses, e considera



também que a proposta trazida pelo grupo municipal do PS antecipa as exigências de atração destes fundos e obedece ao princípio da coesão territorial na distribuição dos mesmos, pelo que iria votar favoravelmente. -

Interveio novamente a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por lamentar o facto do grupo municipal do PSD não ter usado da palavra pois seria mais proficuo se pudesse responder a todos em pé de igualdade, comentando que o grupo municipal do PS compreende a tática e toma nota dela.-----

Referiu, em relação ao proferido pelo membro Carlos Martins, que é preciso perceber que está em discussão uma proposta para Santa Maria da Feira, e não a discutir ou a defender o Governo, acrescentando que o PS também apresentará ao Governo as questões que tenha a apresentar no âmbito do PRR. -----

Relativamente à questão de os transportes metropolitanos não chegarem ao Concelho disse que, se calhar, é preciso perceber porque é que eles não chegam e perceber que, eventualmente, Santa Maria da Feira não fez o trabalho de casa, salientando que aquilo que o grupo municipal do PS quer, neste momento, é que Santa Maria da Feira faça o seu trabalho de casa, se prepare e se ajuste, que não esteja à boa-vontade do investimento privado, quando o privado quer e como quer. Acrescentou que o grupo municipal do PS quer um concelho planeado e estruturado, territorialmente e socialmente, para ser ele próprio a definir o seu futuro e não ser uma P. Parques ou uma Indaqua, para que sejam os feirenses a dizer o que querem, para que o Concelho tenha as infraestruturas necessárias para, um dia, se poder comparar com os grandes e não com os inferiores. -----

Concluindo disse que, basicamente, tal como está muito latente na proposta que apresenta, o grupo municipal do PS quer que o Município aproveite, de forma estruturada, o máximo possível desses fundos e, para



tal, faça bem o trabalho que não fez até agora. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse querer dar algumas notas sobre a matéria em causa, começando por realçar que o Município tem feito, e bem, o seu trabalho, tendo captado, e bem, fundos comunitários ao longo dos anos, seja para infraestruturas de água, para infraestruturas de saneamento, para o parque escolar, para o parque da saúde, para o parque social, para a requalificação urbana, reafirmando que o Município tem aproveitado muito bem os fundos comunitários e que vai continuar a fazê-lo.-----

Referiu que a deputada municipal Lia Ferreira descobriu agora, nalguma pesquisa que fez no Google, os fundos comunitários, mas que a Câmara já faz pesquisa no Google há muitos anos e acompanha todos os planos de investimento em Portugal, seja o PRR, seja o Portugal 2030, sejam os primeiros Quadros Comunitários de Apoio.-----

Realçou que, como disse o membro Carlos Martins e que corrobora, este PRR é uma mão cheia de nada para os municípios porque entre o Metro do Porto, o Metro de Lisboa, o Hidrogénio Verde, a Ferrovia e as ligações a Espanha, vai-se o dinheiro do PRR, pouco sobrando. Fez notar que, contudo, o Município tem a expectativa de que a Linha do Vouga venha a ser requalificada, pois existe um pacote financeiro associado à Linha do Vouga.-----

Disse ainda que, em relação aos transportes públicos e ao Metro, ouve os maiores disparates, fazendo sobressair que o Metro é um transporte de grande capacidade que, para ser minimamente razoável, tem de transportar 1 milhão de habitantes por dia, número que o Município de Santa Maria da Feira nunca atingirá. Salientou que, assim sendo, o Município luta pela requalificação da linha ferroviária e pela expansão de uma linha de Metrobus a Santa Maria da Feira, reforçando que, apesar de andar a lutar por isso, não tem nenhuma garantia que venha a acontecer. -



Referiu que, no respeitante à captação de fundos comunitários, seja na mobilidade, seja na área da saúde, como na construção de novas unidades de saúde, seja na requalificação urbana da zona da Cruz, seja no que for, a Câmara está preparada porque tem uma equipa técnica muito competente e, muitas vezes, até contrata serviços de assessoria externos para a apoiar nas diferentes candidaturas, comentando que irá continuar a fazer isso.----
Concluindo, reafirmou que a Câmara não descobriu agora os fundos comunitários pois já trabalha com fundos comunitários há muitos anos. ---

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) pediu a palavra para efeitos da defesa da honra, argumentando que o Sr. Presidente da Câmara disse que ela apenas agora descobriu os fundos, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** questionou se dizer que se vai buscar dados ao Google é uma questão de honra, pois, se assim for, o Sr. Presidente da Câmara também estaria a colocar em causa a honra dele próprio – Presidente da Assembleia – pois recorre muitas vezes ao Google para buscar dados que precisa. -----

A deputada municipal **Lia Ferreira** retorquiu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara colocou em causa o seu profissionalismo, acrescentando que é ela própria que sente quando a sua honra é ofendida, ou não, e que sente que o Sr. Presidente da Câmara ofendeu a sua honra quando colocou em causa o seu profissionalismo. -----

Recordou que, em 2009, alertou várias vezes a Câmara Municipal para um outro fundo, que era o fundo do Programa RAMPA, e, na altura, o Sr. Presidente Alfredo Henriques disse claramente que não iria apresentar candidatura àquele fundo porque não queria mais um plano para ficar na gaveta. Disse que, portanto, o Sr. Presidente da Câmara não lhe dê lições do que são fundos, muito menos do PRR, pois trabalha neles todos os dias e não precisa sequer de consultar o Google para o efeito, acrescentando que se o Sr. Presidente da Câmara quiser pode, fora desta reunião, conversar com ela sobre fundos.-----



Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da proposta (PS:16, BE, CDS-PP, IL, IND), 29 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CH, CDU), reprovando a proposta apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira, do grupo municipal do PS – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. ----- Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 30 minutos do dia 26 de fevereiro de 2022, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. ----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

A 2.ª Secretária,